

Transcrito por: Mariana Rosa Morêto e Graciana Regina da Silva

Arquivo: AUDIO DE NOVO REPARTIMENTO

Mestre de Cerimônias – Boa noite senhoras e senhores. Solicitamos aos senhores que desliguem seus celulares, ou os coloquem no modo silencioso. Nesse momento, damos início a audiência pública relativa ao licenciamento ambiental da linha de transmissão LT 500 KV Xingu Serra Pelada C1 e C2. LT 500 KV Serra Pelada Miracema C1 e C2. LT 500 KV Serra Pelada Itacaiunas C1, e SE 500 KV Serra Pelada. Por se tratar de um ambiente que reúne o número considerável de pessoas, é importante que tenhamos algumas orientações sobre segurança. Dessa forma, chamamos o senhor Fábio de Albuquerque, representante da arte final comunicação, empresa, responsável pela produção da audiência para que nos informe sobre os procedimentos a serem adotados em uma eventual emergência.

P/Fábio Albuquerque – Senhoras e senhores, boa noite, sejam todos bem vindos, espero que tenhamos uma audiência pública bastante produtiva, meu nome é Fábio Albuquerque e eu sou o produtor responsável pela parte técnica dessa audiência. Nós temos, como se trata de um número considerável de pessoas dentro do auditório, temos uma saída de emergência à direita de vocês e as duas saídas ao fundo, em caso de alguma intercorrência. Caso tenhamos alguma intercorrência médica, temos uma equipe de paramédicos de plantão, e ambulância para direcionar a pessoa do paciente para o hospital São Francisco. Desejo a todos, mais uma vez, uma boa audiência. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias – Neste momento, procedemos a leitura do regulamento dessa audiência pública, que será lido pelo senhor Samuel Couto Menezes, secretário executivo dessa audiência.

P/Samuel Couto – Boa noite a todos. Regulamento para realização da audiência pública para apresentação e discussão do estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental da linha de transmissão 500 KV Xingu Serra Pelada circuito um e circuito dois; LT 500 KV Serra Pelada Miracema circuito um e circuito dois. LT 500 KV Serra Pelada Itacaiunas circuito um e subestação 500 KV Serra Pelada. Data hoje 26/11/2018, local, Auditório Municipal de Novo Repartimento, horário 19 horas. Artigo Primeiro: O presente regulamento trata dos procedimentos a serem observados na audiência pública para a discussão do estudo de impacto ambiental EIA e do relatório de impacto ambiental RIMA, relativo ao empreendimento denominado da linha de transmissão 500 KV Xingu Serra Pelada circuito um e circuito dois; LT 500 KV Serra Pelada Miracema circuito um e circuito dois. LT 500 KV Serra Pelada Itacaiunas circuito um e subestação 500 KV Serra Pelada. Artigo segundo: os presentes a audiência pública deverão assinar a lista de presença. Artigo terceiro: a audiência será constituída por uma mesa diretora e um plenário. Artigo quarto, a mesa diretora será composta pelo presidente, pelo secretário executivo, pelo representante do empreendedor e por autoridades federais, estaduais e municipais, convidadas pelo IBAMA. Parágrafo primeiro: a audiência será presidida e coordenada pelo IBAMA que mediará os debates; parágrafo segundo: caberá ao secretário executivo a coordenação do registro dos participantes da audiência pública em lista de presença, constando nome, número do documento de identidade, telefone e instituição que representa, assim como a preparação da respectiva ata. Artigo quinto: todos os documentos apresentados a mesa diretora, serão recebidos mediante

protocolo e juntados ao processo administrativo de licenciamento ambiental do empreendimento, devendo ser citados no decorrer da audiência pública. Artigo sexto, a audiência terá início com o pronunciamento do presidente da mesa diretora, acerca dos objetivos da mesma e da sequencia dos trabalhos a serem desenvolvidos, informando aos participantes sobre os procedimentos constantes desse regulamento a serem observados durante a sessão. Parágrafo único: a critério do presidente, será dada a palavra aos demais componentes da mesa que quiserem dela fazer uso. Artigo sétimo, o IBAMA apresentará o estado do processo do licenciamento em dez minutos. Na sequencia, será realizada a apresentação pelo empreendedor sobre o empreendimento e seus objetivos, com duração máxima de 15 minutos. A equipe técnica responsável pela elaboração do EIA e do RIMA, terá o prazo de 45 minutos para realizar exposição técnica sobre os estudos desenvolvidos, e deverá ser em linguagem clara e objetiva. Artigo nono, será concedido um intervalo de 15 minutos para inscrição dos debatedores, podendo ser prorrogado caso seja necessário e com a devida permissão do moderador. Parágrafo único: as inscrições no debate serão feitas por escrito, a partir do preenchimento do formulário próprio a ser distribuído aos presentes. Artigo dez, para a etapa dos debates a mesa terá sua composição simplificada. Será composta apenas pelo presidente, pelo secretário, pelos representantes do empreendedor e da empresa responsável pelos estudos. Artigo onze: O presidente abrirá os debates, obedecendo rigorosamente a ordem das inscrições chegadas a mesa, podendo os questionamentos serem feitos em bloco, a critério da mesa. Parágrafo primeiro: o presidente deverá conduzir os debates com firmeza, não permitindo ataques ou manifestações extemporaneas de qualquer natureza. Parágrafo segundo: os esclarecimentos por respostas deverão ter ação máxima de três minutos, tempo eventualmente prorrogável a critério do presidente. Parágrafo terceiro: o participante inscrito poderá, se for o caso, solicitar esclarecimentos adicionais através de manifestação oral no tempo de três minutos, eventualmente prorrogável a critério do presidente da mesa. Parágrafo quarto, os esclarecimentos adicionais solicitados, deverão ter duração máxima de três minutos, eventualmente prorrogável a critério do presidente da mesa. Parágrafo quinto: o participante inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar ou transferir para outro. Parágrafo sexto: os questionamentos ou eventuais esclarecimentos que não forem possíveis de serem atendidos, terão um prazo de cinco dias para serem enviados ao IBAMA, que providenciará o respectivo encaminhamento aos interessados. Artigo 12: posteriormente a realização dessa audiência pública, será lavrada a correspondente ata sucinta, que deverá ser assinada pelo presidente secretário, representante do empreendedor, e pelas autoridades participantes se assim desejarem, passando a ser parte integrante do processo administrativo correspondente, juntamente com os demais documentos pertinentes. Artigo 13, o encerramento será realizado pelo presidente da mesa diretora. Parágrafo primeiro: todos os documentos entregues por ocasião da audiência pública serão anexados ao processo. Parágrafo segundo: a mídia digital dessa audiência, bem como a ata de transcrição, serão anexadas ao processo administrativo de licenciamento do empreendimento, com curso no IBAMA. Artigo 14: por um prazo de cinco dias úteis, a contar da data da realização da audiência pública, o IBAMA receberá comentários, manifestações e sugestões que serão anexados ao respectivo processo administrativo pelo licenciamento do empreendimento em análise no IBAMA.

Mestre de Cerimônias – Para compor a mesa convidamos o senhor Flávio Luiz de Souza representante do IBAMA e presidente dessa audiência pública. Vamos aplaudir. Convidamos o senhor Samuel Menezes, representante do IBAMA e secretário executivo dessa audiência. Convidamos o senhor Jell Andrade,

representante do empreendedor. Convidamos o senhor Michael Goulart, representante da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. Convidamos o prefeito de novo repartimento, Deusivaldo Silva Pimentel, o amizade. Convidamos o prefeito de Itupiranga, José Milesi. Convidamos o presidente da câmara de vereadores de Novo Repartimento, senhor Aguilar Mozi. Gostaríamos de registrar a presença da secretária de assistência social Geane, a prefeitura de Novo Repartimento. Registrando também a presença do secretário Paulo Jellvane, secretário de saúde e saneamento da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento. Registrando também a presença do senhor Edmilson Batista, secretário de administração da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento. Passo a palavra ao presidente da mesa para a abertura da audiência.

P/Flávio Luiz – Boa noite a todos. Às 19h51min do dia 26 de novembro de 2018, eu, Flávio Luiz de Souza Silveira, representante do IBAMA, declaro aberta a audiência pública relativa ao licenciamento ambiental da linha de transmissão 500 KV Xingu Serra Pelada circuito um e circuito dois; LT 500 KV Serra Pelada Miracema circuito um e circuito dois. LT 500 KV Serra Pelada Itacaiunas circuito um e subestação 500 KV Serra Pelada.

Mestre de Cerimônias – Senhoras e senhores, nesse momento, solicitamos que todos fiquem de pé para que possamos ouvir o Hino Nacional Brasileiro. (hino nacional tocando). Nesse momento passamos a palavra ao presidente da mesa para as boas vindas. Nesse momento registramos também a presença do nosso secretário de meio ambiente, João está presente ali, vereadora Ana Paula, Jadilson, vereador Genival, também estão presentes nessa audiência.

P/Flávio Luiz – Pessoal, vamos lá. Primeiramente boa noite a todos os presentes. Agradeço pela participação, pela vinda de todos, cumprimento a todos os representantes aqui na mesa, e em especial ao prefeito Amizade, que nome bacana, que nos acolheu aqui hoje. O prefeito de Novo Repartimento, Milesi, o prefeito de Itupiranga e o presidente da câmara aqui de Novo Repartimento. Obrigado a todos pela acolhida. Em nome do IBAMA e da equipe técnica da coordenação geral de empreendimentos lineares, da diretoria de licenciamento ambiental do IBAMA aqui presente, é com grande satisfação que estamos nesse município para conduzir a audiência pública relativa ao licenciamento ambiental da linha de transmissão 500 KV Xingu Serra Pelada, Serra Pelada Miracema, Serra Pelada Itacaiunas e subestação Serra Pelada. Todos esses nomes enormes desse empreendimento, depois o representante da Sterlite vai explicar exatamente o motivo disso. É um empreendimento que tem nome e sobrenome. Informo aos senhores que o objetivo principal dessa audiência, nos termos do processo de licenciamento ambiental, é expor aos senhores o conteúdo do produto em análise, o estudo de impacto ambiental, eu vou falar um pouco o que é isso, e do respectivo relatório de impacto ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito do empreendimento. A audiência será conduzida com a apresentação do IBAMA no prazo de dez minutos, depois o empreendedor terá 15 minutos pra falar sobre o projeto, e depois a empresa de consultoria ambiental terá 45 minutos pra falar sobre os estudos ambientais. Após essas apresentações, será feito um intervalo de 15 minutos para as pessoas se inscreverem, pra poder se manifestar ou colocar suas dúvidas. Dessa forma, desejo uma boa audiência a todos, eu informo que tenho uma cópia digital dos estudos lá fora, quem quiser consultar durante a audiência ou durante o intervalo pra tirar alguma duvida, pra depois trazer pra gente aqui, pode ficar a vontade. Então, agora eu passo a palavra, primeiro para o Michael, pra fazer a fala de abertura dele.

P/Michael Goulart – Senhoras e senhores, boa noite. Obrigado Flávio. Uma grande satisfação estar aqui em Novo Repartimento. Essa é a primeira de três audiências que a gente vai conduzir pro empreendimento, e como já foi falado, esse momento de audiência pública é um momento bastante importante aonde serão divulgadas com maior nível de detalhe, não só as informações do projeto, mas também dos estudos ambientais. Espero que a gente tenha uma boa noite de discussões. Eu vou fazer uma apresentação talvez até um pouco menor do que os 45 minutos, mas vou estar disponível a qualquer dúvida que os senhores tiverem. Obrigado.

P/Flávio Luiz – Obrigado, passo a palavra para o Jell, representante do empreendedor.

P/Jell Andrade – Senhoras e senhores, muito boa noite. Meu nome é Jell Andrade, eu sou diretor do projeto Novo Estado, que é o nome, o sobrenome o Flávio já falou (risos). Então fica mais fácil da gente lembrar agora como sendo Novo Estado. É um prazer estar aqui com vocês hoje, e eu tenho uma honra muito grande em estar representando a minha empresa e estar me dirigindo a todos vocês hoje pra poder falar desse grande projeto que é o projeto de Novo Estado. E nas pessoas, os excelentíssimos prefeitos de Novo Repartimento e de Itaporanga, gostaria de cumprimentar a todos os demais participantes da mesa e aos senhores e senhoras. Muito obrigado.

P/Flávio Luiz – O senhor Aguilar Bozi, presidente da câmara, se quiser fazer uma fala de abertura...

P/Aguilar Bozi – Boa noite a todos. Hoje um evento, mais um evento. Primeiro cumprimentar também a mesa, os representantes do IBAMA, da empresa que vai, com certeza, conseguindo essa autorização pra essa licença pra construir esse empreendimento também o fará. Nós do município de repartimento. Já tivemos aqui duas audiências, essa é a terceira. Mesmo que a do Xingu Rio não aconteceu aqui, aconteceu em Paraopébas, mas representantes desse município, do poder executivo e da sociedade organizada estiveram lá. Nós participamos porque são três obras de linhões e essa é a quarta audiência, porque a ABENGOA que foi a primeira que fez a audiência pública aqui, ela antes de começar a obra ela faliu, e essa obra está sendo retomada, foi licitada, não sei como é o sistema, e agora vocês estão aqui pra fazer essa obra. Nós do Repartimento, e eu falo como uma pessoa que participou de todas as audiências, a gente sabe que o Ministério Público Federal, não sei qual é as condicionantes que determinam que tem que acontecer essas audiências, e nós, população de Repartimento, participamos. Mas, infelizmente, eu sou obrigado, me deram a palavra só pra me apresentar e dar as boas vindas ao pessoal, mas eu sou obrigado a dizer que, infelizmente, as coisas não acontecem como elas são tratadas aqui. Então, nós teremos agora o tempo da sociedade se pronunciar e nós teremos também, como autoridades desse município, eu como presidente da câmara e o prefeito, no caso específico de Repartimento, porque o linhão é uma obra gigantesca, mas que pra nós, ela só passa. Essa é a grande realidade. Vocês são muito bem vindos, estamos aqui e esperamos que o que for tratado, o que for acordado nessa audiência pública, que efetivamente venha a acontecer, coisa que não aconteceu no que foi tratado e acordado nas demais, dentro das duas construções que, uma que já aconteceu e a outra que está acontecendo agora. Então, sejam todos muito bem vindos, e vamos pro debate, e que assim seja. Muito obrigado a todos. (aplausos).

P/Flávio Luiz – Por favor, o prefeito José Milesi, se quiser fazer a fala de abertura dele.

P/José Milesi – Boa noite a mesa, boa noite a toda população que está aqui presente representando os dois municípios, as comunidades do interior. Está aqui também o pessoal de Cruzeiro do Sul. Sei que também está as vilas aqui pra dentro, está todo mundo aqui. É importante a presença de vocês. Eu queria aqui ir direto ao assunto, tem mais de 40 anos que luto aqui nessa região da transamazônica, e muitas obras, várias obras já foram feitas, então, quero dar razão aqui pro presidente da câmara, não sou contra as obras e nem a barragem de Tucuruí, nem os linhões, nem Belmonte, nem o Lourenção que vai acontecer aí no meu município, entendeu? São obras importantíssimas para o desenvolvimento do país. Então isso é muito bom, precisamos demais disso. Só que a primeira parte sempre é feita, as obras são feitas, mas a segunda parte que é a social que já esteja a população em toda essa região, não é completa, não é feita, e isso acabou de confirmar aqui o presidente da câmara. Então, a gente espera o que dessa audiência pública? A gente espera que todas as pessoas que estão aqui dentro, a empresa, o governo federal, o IBAMA, todos nós, prefeituras, consigamos fazer alguma coisa para aquilo que o povo está precisando. Nós estamos cedendo a nossa água, nós estamos cedendo o nosso espaço, a nossa terra, e continuamos sempre na miséria. Nós continuamos aqui hoje pagando a energia mais cara do país e nós que paga aqui, nós que vivemos aqui, entendeu? As estradas nossas estão em precária situação, a ponte em precária situação, problema na educação, na saúde, problemas sociais de todo tipo. Então, o que eu gostaria de afirmar aqui pra vocês? Número um, a favor da obra. Queremos a obra, todas as obras que são importantes pro país, pro estado e pro município. Agora, pelo amor de Deus, não deixa nosso povo sempre a ver navios como eu vou ver lá em Itupiranga passar na hidrovía, a ver os linhões passar, as pistas passar, e nós ficamos aqui a ver navios, literalmente, falando isso. Então, eu gostaria que essa audiência pública viesse de encontro realmente a ansiedade do nosso povo. Que fosse mesmo atender o nosso povo. Nós estamos precisando demais disso. Nós vivemos um momento difícil que o país passa, e nós continuamos sempre aqui no mesmo sofrimento, entendeu? Então eu acho que tem que evoluir. Parabéns pela audiência pública, pelo IBAMA estar aqui. É muito importante isso aqui, mas que realmente se concretize aquilo que vai ser debatido aqui hoje por vocês. (aplausos).

P/Flávio Luiz – E, finalmente, pra fazer a fala de abertura, o prefeito de Novo Repartimento, Deusivaldo Silva Pimentel, o Amizade.

P/Deusivaldo Silva – Boa noite a todos. Quero agradecer a Deus por cada um de nós estarmos aqui, e dar as boas vindas a toda equipe, não só do IBAMA, mas de toda a empresa. Agradecer aqui a presença da câmara de vereadores aqui representada pelo presidente Aguilar. Agradecer o nosso vizinho aqui, o Milesi, que com toda dificuldade lá, mas tinha que estar presente. E agradecer a toda essa platéia, todo esse povo, que você pode, vocês que ainda não conhecem, mas a gente sabe que tem pessoas aqui de todas as regiões aqui, do Gelado, Tuerê, ali de Maracajá, outros aqui da sede do município, e todos esses nesse anseio de saber qual é agora desse linhão, também porque a gente já teve outros que aconteceram e estão acontecendo aqui no nosso município, e todas essas pessoas sofreram e vem sofrendo algum tipo de impacto, porque na zona rural nossa, a extensão é muito grande, e todo esse povo aqui necessita de apoio de infraestrutura e de assistência, grande parte dessa assistência não vem sendo possível acontecer, até mesmo pelas limitações nossas de governo, de recurso do município, e fica muito vago. E quando aconteceu esse outro linhão, houve uma grande expectativa de todos, que melhoraria a infraestrutura, que as pontes iam melhorar, as estradas que teria mais assistência de investimento em algumas áreas de infraestrutura, seja ela da saúde também, e muitas coisas

foram às vezes prometidas de parcerias, e a única que a gente conseguiu foi a ponte do Rio Pacajá, da linha do Tuerê, com muito esforço das comunidades, o pessoal reuniu, manifestaram-se, não foi uma conquista nem da prefeitura, foi de toda comunidade que nos ajudou, os vereadores também que se empenharam muito, tiveram que viajar, foram ainda na sede da empresa que estava cuidando do leão, então, a gente conseguiu algumas conquistas, mesmo que mínimas. E outra que o pessoal tinha aquela ansiedade de ter participação de emprego, de espaço de trabalho, e isso foi, de alguma forma acordado, na época, na outra empresa, a gente não quer aqui dizer que vocês vão pagar pelo outro ou dizer que vocês são culpados. Assim, a gente já está escaldado na verdade, todo mundo aí já fica naquela “será que é mais um” então, houve um compromisso que iam usar a mão de obra local, e a gente só via fila de gente ali em uma clínica particular aqui da cidade, pra fazer exame, fazer os contratos pela empresa. E grande parte dessa mão de obra que foi contratada, a gente tinha lá no Gelado, nós tínhamos lá no Tuerê, e aqui na sede do município também. E esses profissionais, alguns de gabarito e outros até ajudantes de pedreiro, carpinteiro, vieram muitos de fora, inclusive, não menosprezando o Piauí, vieram várias pessoas do estado do Piauí. A gente teve ainda esse controle, até mesmo porque a gente terminou tendo acesso a algumas dessas pessoas que estavam fazendo os exames aqui. Então, a gente perdeu muito com isso, nós tínhamos mão de obras que poderiam estar sendo engajadas nesse trabalho para que essas pessoas fossem remuneradas e automaticamente, iam ganhar um dinheiro pra estar investindo e gastando no nosso município, e por um lado ficaria mais barato, talvez, pra empresa admitir pessoas daqui da região, talvez baratearia também o custo da mão de obra pra empresa, mas, infelizmente isso não aconteceu. A gente teve já uma oportunidade de falar com alguns da equipe do linhão, a gente fez essa reivindicação, essa solicitação, pedimos até que se abreviassem no sentido de nos fornecer uma lista dos possíveis profissionais que iriam precisar, porque a gente pode até estar qualificando essa mão de obra aqui no município, estar buscando algum incentivo para que essas pessoas se profissionalizassem, fizesse algum curso, para que quando a empresa viesse iniciar as obras a gente ter mais pessoas aqui qualificadas, para que possam também estar tendo uma oportunidade nessas empresas. Então, um anseio muito grande e a preocupação da população, a gente volta a dizer que é muita estrada, é muita ponte caindo, é muita ponte quebrada. Temos uma dificuldade também na saúde porque quando vem esse pessoal de fora, que são bem vindos, mas tudo isso gera ônus, gera gasto nos hospitais, a gente tem uma dificuldade pra estar atendendo. E outra questão, muitas pessoas vem aqui pro município pensando que vão conseguir vaga e termina, de alguma forma, aglomerando e aumentando a nossa população de uma forma, às vezes, até descontrolada e trazendo vários problemas que ai a pessoa só vai dizer “mas lá no hospital está lotado demais” dificilmente você vai conseguir identificar de onde estão vindo ou se são de fora ou de onde vem, mas, assim, esses efeitos terminam parando aqui na porta da prefeitura, na porta dos vereadores, que são os mais cobrados. E aí muitos acham “mas o prefeito não esta fazendo nada pra mudar essa história”, os vereadores, está todo mundo calado e não estão fazendo nada pra mudar isso. Então, a gente acredita muito que esse vai ser diferente, que não vai ser apenas mais um linhão, e que sim que vem também trazer e deixar algo que a gente possa, no futuro, alegar que vocês deixaram algo melhor que os outros. Então, a gente quer... Eu acredito que vai ter um debate mais a frente, vai ter oportunidade para toda comunidade, para as nossas lideranças também manifestarem os seus anseios, os seus pensamentos, e aqui a gente é satisfeito com a presença de vocês, mas, queremos que de uma forma ou de outra, o nosso município, a nossa população seja reconhecida e que isso também traga algum investimento pra nossa região pra amenizar também um pouco da situação nossa do homem do campo que é o que mais

sofre com essa demanda de, volto a dizer, das estradas que é o que move nós aqui, 99% é a estrada, e o que mais a gente precisa hoje é de estrada, e o tráfego é muito grande com esses caminhões, esses carros das empresas, eles sempre são caminhões de muito peso. Eu tive uma oportunidade no ano passado com outro linhão, na vez era o vereador Jadilson, a gente foi questionar a questão da quantidade de caminhões e de peso, e eles passaram pra nós que os caminhões só andavam com oito ou dez toneladas, né?! 14 toneladas. Encontrei mais o Jadilson, era carreta, cada caminhão deles que fecho de mola arreado. Então, não é bem assim, a gente também não quer comprar só eles, mas quer que nessa trajetória dessa obra, que a gente possa ter um benefício coletivo, não é que vai ajudar nenhum vereador, que vai ajudar prefeito, que vai ajudar... Que vai ajudar a população em geral e através de infraestrutura, de investimentos para que a gente sinta pelo menos saudades de vocês quando vocês forem embora, viu?! Então, gente, muito obrigado, já me estendi muito, e no decorrer aqui da reunião os outros devem também falar dos seus anseios. Muito obrigado. (aplausos).

P/Mestre de Cerimônias – Convidamos os senhores para que a mesa seja desfeita. Nesse momento que fique a vontade. Convidamos o representante do IBAMA para que apresente no prazo de dez minutos, o processo de licenciamento da linha de transmissão 500 KV Xingu Serra Pelada circuito um e circuito dois; LT 500 KV Serra Pelada Miracema circuito um e circuito dois. LT 500 KV Serra Pelada Itacaiunas circuito um e subestação 500 KV Serra Pelada.

P/Flávio Luiz – Pessoal, vamos lá. Então, entrando na primeira parte... Só retomar pra ficar bem claro. Então a gente vai ter uma série de três apresentações, essa do IBAMA que eu vou fazer, depois o empreendedor fala sobre o projeto, depois consultoria ambiental fala sobre todos os estudos ambientais. Então durante as apresentações, gente, a gente não tem espaço para perguntas. Depois que terminar essas três, aí vai ter um período, vai ter um lanchinho que vai ser servido, vai ter um período pro pessoal se inscrever, e aí quando a gente voltar, aí sim é a segunda parte que a gente vai ter esses debates, aí a gente... Quando for começar o intervalo a gente explica mais uma vez, dá mais uma reforçada. Então, a primeira apresentação é a minha gente, é bem simples, eu vou tentar ser bem rápido pra não ficar chato, porque eu não vou falar especificamente do empreendimento, eu vou falar sobre o processo de licenciamento, pra vocês entenderem o papel do IBAMA, o que o IBAMA está fazendo aqui hoje. Vamos lá. O que é licenciamento ambiental? É um processo, um procedimento administrativo em que o IBAMA vai autorizar a instalação, funcionamento, a localização de qualquer atividade ou empreendimento que gera qualquer tipo de impacto ambiental. Então, no caso, o IBAMA trabalha com os grandes empreendimentos, os empreendimentos que tem um impacto, uma extensão de área grande, que se justifique ser licenciado pelo poder executivo federal, os órgãos estaduais também tem esse papel, e alguns municípios também já tem esse papel, secretaria municipal de meio ambiente autorizar alguns impedimentos dentro do município. Então vai da escala. Por meio dele, a gente busca exercer o controle das atividades humanas que interfere nas condições ambientais, ou seja, qualquer atividade, qualquer empreendimento que você gera o impacto, você não pode deixar ela acontecer de qualquer jeito, você tem que controlar. Porque é aquilo que a gente fala sobre o desenvolvimento sustentável, você tem que trazer desenvolvimento, você tem que trazer infraestrutura, só que por um controle, porque você não pode só trazer obra e não controlar, pra você não destruir todo o nosso ambiente, certo? Vamos lá. Sobre legislação gente, aqui tem uma série de leis, resoluções e instruções que a gente utiliza dentro do

processo de licenciamento ambiental, pra ninguém achar que o que o IBAMA exige é da cabeça do técnico, a gente tem regras a ser seguidas e toda motivação do nosso trabalho é baseada na legislação. E aí responsabilidade gente, o IBAMA não trata sozinho do processo de licenciamento, o IBAMA é o órgão que toma conta do processo, só que, dependendo do tipo do empreendimento ou de onde ele se instala, o tipo de impacto que ele vai ter, outros entes também tem que se manifestar. E aí a gente destaca o IFAN que é aquele órgão que trata do patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Toda obra o IFAN tem que, necessariamente, se manifestar, porque você não pode fazer nenhum tipo de escavação, por exemplo, no solo, sem que a empresa tenha feito estudo e a empresa tenha feito estudo e o IFAN tenha autorizado, porque você pode ter resquícios arqueológicos lá, seja coisa de 50, 40 anos, até coisa bem antiga, então precisa da manifestação deles. O instituto Chico Mendes, ele se manifesta naqueles casos em que o empreendimento passa em alguma unidade de conservação federal, ou pode ser algum órgão estadual ou até municipal, dependendo da unidade de conservação. A FUNAI caso o empreendimento passe em terras indígenas, território indígena. Fundação cultural palmares, quando tem impacto em comunidades quilombolas. Eu não sei se é o caso dessa, tem? Não tem não né, não tem nenhum. Vamos lá, ministério da saúde, componente epidemiológico. Todas obras que são na Amazônia legal, tem que ter parecer do Ministério da Saúde, principalmente em relação a malária. Os órgãos estaduais de meio ambiente, se quiserem, também podem se manifestar porque eles conhecem a região até melhor que a gente. Mesma coisa as prefeituras, e a prefeitura, além de se manifestar pelo empreendimento em si, ela tem que dar a autorização de ocupação do solo, sem esse documento aí o empreendimento não vai pra frente. Licenças ambientais, como que funciona o processo de licenciamento? A gente diz que ele é trifásico, ele tem três fases, três licenças que o empreendedor precisa obter, pra poder o empreendimento dele funcionar, pro projeto dele, de fato, funcionar. Então, a licença prévia é nessa fase que a gente está agora. A gente está analisando, hoje a gente está aqui como parte do rio pra analisar o estudo de impacto ambiental, que se ele for aprovado a gente vai dar a primeira licença pra eles, a licença prévia. Ou seja, hoje, esse empreendimento não tem nenhuma licença ainda, ta?! A gente está no processo de avaliação pra dar a primeira, caso seja possível. Então, a licença prévia diz o que? Se o empreendimento é viável ou não. Ou seja, ela é a licença mais importante pro empreendimento. Porque uma coisa é falar assim, olha, você veio aqui, eles fizeram o estudo, a gente vai falar “esse empreendimento não é viável, para aqui, acabou tudo” ou não “ele é viável, pode continuar” aí a gente passa, porque é a fase de ajuste, então, igual o prefeito falou, já teve experiências negativas com outros empreendimentos? Vamos buscar corrigir. Então é, ela é viável, mas vamos corrigir isso, isso e aquilo, então a gente passa para as próximas fases. Então, a licença prévia não autoriza início de obra. Ela diz o seguinte, o empreendimento é viável, vamos continuar estudando. Então entra pra segunda fase, licença de instalação. A licença de instalação, ele apresenta um outro documento chamado PBA Plano Básico Ambiental, onde ele vai falar, a partir dos impactos que ele listou na fase anterior, ele vai mostrar os compromissos que ele vai fazer pra poder sanear esses impactos, mitigar os impactos, diminuir os impactos. Aí, em cima desse documento, se for aprovado aí a gente dá a licença de instalação, aí começa a obra. Então aí começa a fase de construção. E, durante a construção, ele vai construindo a obra, e ele vai cumprir aqueles compromissos que ele fez naquele documento, no PBA. Se ele fizer isso tudo de forma correta, ao final da obra, aí sim ele pede a licença de operação. De fato, aí, no caso a linha, vai poder operar. Vai poder, de fato, transmitir a energia que é o objetivo dela. A gente está aqui por conta disso. Sobre essa fase que a gente está agora, na licença prévia, analisando pra ver se dá a licença prévia, quais são as etapas? A primeira coisa, o

empreendedor ele abre o processo, ele manda uma ficha de caracterização do empreendimento, o IBAMA abre o processo, e a primeira coisa, analisa se a competência de fato é do IBAMA, ou se seria do órgão estadual. Nesse caso é do IBAMA, e a gente define o RITO. O que é o RITO, gente? Hoje, no IBAMA, uma linha de transmissão, ela pode ser licenciada de três formas, de acordo com a complexidade delas. Nesse caso aqui, como é uma obra grande, ela é o RITO ordinário que a gente fala, é o RITO mais completo. Tem o EIA/RIMA, tem audiência pública, tem outras obras que podem ser menores, que pode ser estudos mais simples. O empreendedor, o IBAMA depois de definir o RITO emite um termo de referência, e se do termo de referência, o empreendedor elabora o estudo de impacto ambiental, o empreendedor entrega o estudo e requer a licença prévia. E ele tem que publicar isso. O IBAMA, primeira coisa, aceita o EIA RIMA. Aceitar é falar assim “tudo o que eu pedi no termo de referência, consta no estudo de impacto ambiental” a gente não está analisando o mérito, se ele está bom... Se ele está numa qualidade boa ou ruim, a gente está falando assim tudo que eu pedi está aqui, então o EIA está aceito, ele entra no IBAMA. E aí a gente parte pra fase que a gente está agora, que é a realização das audiências públicas. Então a gente continua analisando, começa a analisar de fato o estudo, se necessário a gente pede complementação, isso pode ser feito uma vez só. Analisa a complementação se for o caso, e depois emite um parecer falando se é viável ou não a emissão da licença prévia. Vamos lá, falando especificamente sobre a audiência pública, que é esse ato que a gente está fazendo hoje. Quem pode solicitar? Primeiramente o IBAMA, é um evento que te organiza a estrutura ao empreendedor, mas ele é um evento oficial do processo de licenciamento, o Ministério Público também pode solicitar a audiência pública, entidades civis ou um grupo de 50 ou mais cidadãos. Qual é a importância da audiência pública gente? Vamos lá, é o primeiro contato que a gente, aí eu digo, nesse a gente, a gente inclui tanto o órgão licenciador que é o IBAMA, quanto o empreendedor, nesse primeiro contato que a gente tem com a comunidade. É a primeira chance que vocês tem de conhecer o empreendimento. Não o empreendimento de fato lá em campo, mas o projeto dele. Então essa primeira apresentação. Então, além do empreendimento, dos órgãos envolvidos, as instituições envolvidas, e depois os estudos ambientais. Então, depois você vai ver a apresentação do Michael, ele vai falar tudo o que eles estudaram em toda região do empreendimento, os impactos que eles acharam que vão ser importantes e vão listar aqui. Então, aí é a chance de vocês verem o que a gente analisa pra poder dar licença. E vocês podem, vai ter a chance hoje de falar “opa, espera aí, ta faltando alguma coisa, está faltando outra coisa, que vocês não viram aí”. Essa pra mim é a maior importância da audiência pública. Porque muitas vezes a gente mora longe, a gente não convive aqui na região, então a pessoa vem, passa aqui 20 dias, 30 dias, mas é muito diferente de quem mora aqui há 40 anos. Então essa é a grande importância da audiência pública. Eu sempre digo o seguinte, é um primeiro contato? É uma chance que a gente tem de fazer uma discussão dentro de um evento oficial, mas não é só isso. O processo de licenciamento ele nunca acaba. Então, a qualquer momento, a gente vai deixar depois o contato, apareceu um fato novo ou alguma coisa que você não se atentou durante aqui a nossa reunião, sempre você vai poder manter esse contato, tanto com o IBAMA, quanto com o empreendedor. Seja pra autenticar, seja pra elogiar, mostrar algum problema que está acontecendo, denunciar... E é o momento para manifestações relacionadas ao empreendimento e aos estudos. Duvidas, criticas, sugestões. Vou falar muito rápido, gente, sobre o histórico do processo do Novo Estado. O processo foi aberto em 31 de janeiro, em abril a gente teve uma manifestação do ministério da saúde, o termo de referência foi emitido em maio, em junho foi emitida uma autorização de supressão pra fazer os estudos topográficos... O EIA foi protocolado em 26 de junho,

também em junho o IFAN se manifestou sobre o termo de referência, emitimos a licença pra coleta de animais, e em agosto, a publicação do requerimento da LP. O EIA foi aceito no dia 13 de setembro, quando a gente diz que o que está no termo de referência, está no EIA. Certamente a gente aceitou e agora em novembro a gente publicou as atas, a gente marcou as audiências públicas e agora a gente está realizando elas. Então vamos lá, hoje a gente está fazendo no repartimento, amanhã em Curionópolis, e na quinta-feira a gente faz em Guará, lá no Tocantins, porque ela vai até Miracema. Pode passar. E aí alguns contatos gente. Então eu to colocando da nossa diretora, diretora de licenciamento, a Larissa. A Cláudia que é a nossa coordenadora geral, e eu Flávio, Samuel e o Matheus que está por aí, também do IBAMA, a gente trabalha no IBAMA em Palmas, no Tocantins. Esse processo é conduzido por um grupo... A gente tem representante do IBAMA em Palmas, a gente tem gente de Brasília, de Fortaleza e de Aracaju. Então a gente montou um grupo porque tem pouca gente em cada estado, então a gente juntou um grupo pra poder tocar esse processo. O pessoal das outras áreas já fez vistoria aqui algumas semanas atrás, fizeram um sobrevôo, e é isso aí gente. Boa reunião pra gente, precisando, depois, durante as discussões a gente conversa mais. Obrigado.

P/Mestre de Cerimônias – Convidamos o representante da Sterlite Novo Estado LTDA para que apresente no prazo de 15 minutos o projeto do LT 500 KV Xingu Serra Pelada circuito um e circuito dois; LT 500 KV Serra Pelada Miracema circuito um e circuito dois. LT 500 KV Serra Pelada Itacaiunas circuito um e subestação 500 KV Serra Pelada. Representante do empreendedor, 15 minutos.

P/Jell Andrade – Muito obrigado. Boa noite a todos novamente. Eu vou falar aqui hoje sobre o projeto de Novo Estado. Não vou repetir tudo o que foi falado antes porque é muito extenso e realmente esse é um grande projeto pra nós, e é um projeto de transmissão. Ele se inicia, como nós vamos ver depois, na subestação de Xingu, o município de Anapu, passando por uma subestação nova que vai ser construída no município de Curionópolis, que é de Serra Pelada, e indo então até Miracema no Tocantins. Nós vamos ver depois os detalhes e tem mais uma extensão também de linha entre a subestação de Serra Pelada e Itacaiunas no município de Marabá. Então, a Sterlite é uma empresa indiana, e a Índia, assim como Brasil, tem várias singularidades. A Índia é um dos países mais populosos do mundo, e quem já teve oportunidade de ou ler ou ver um pouco, ou ver alguma reportagem da Índia, também lá sofre de várias restrições e de várias necessidades de infraestrutura, e também pra população. A Sterlite então, ela decidiu sair da Índia e investir no Brasil, e ela tem grande experiência já em execução de projetos de energia, de transmissão de energia na Índia, e ela vai estar trazendo então essa experiência aqui também pro Brasil desenvolvendo os projetos aqui junto conosco. A Sterlite chegou no Brasil em abril de 2017, e ela chegou no Brasil e ganhou um leilão de abril da ANEEL de 2017 e ganhou dois projetos. Um projeto em Pernambuco, que nós já estamos executando, e outro projeto também lá no Sul do país, no Rio Grande do Sul, que nós acabamos de receber a licença de instalação, já explicada aí pelo Fábio como funciona, e o terceiro projeto que a Sterlite ganhou no Brasil foi em dezembro de 2017, foi o projeto de Novo Estado, envolvendo aí os estados de Pará e Tocantins. Hoje a Sterlite tem nove projetos sendo executados no Brasil, mais 12 sendo executados na Índia. Esses nove projetos sendo executados no Brasil, corresponde aproximadamente a quatro mil quilômetros de linha de transmissão, sendo praticamente a metade disso no projeto de Novo Estado, entre os estados do Pará e de Tocantins. Esses nove projetos correspondem também a expansão ou a extensão de 30 subestações e a construção de mais dez novas subestações, sendo que, no projeto de Novo Estado, vai ser construída uma nova subestação no

município de Curionópolis, que é a subestação de Serra Pelada. Bom, nós, hoje, no Brasil, a Sterlite é uma empresa relativamente nova no Brasil, a gente começou, como eu falei, a operar no Brasil desde abril do ano passado, hoje nós contamos com aproximadamente 100 pessoas, e o projeto de Novo Estado, como eu já mencionei, é o maior projeto da Sterlite no Brasil atualmente. Antes de falar um pouco sobre o projeto, ou dar mais detalhes, eu gostaria de falar um pouco sobre como está organizado o sistema elétrico no Brasil. O sistema elétrico brasileiro, ele está dividido em três setores. O primeiro setor é o setor de geração, então, nesse setor estão incluídos o que? Estão incluídas todas as usinas, como a usina de Belo Monte, a usina de Tucuruí, e outras usinas térmicas, outros parques eólicos, outros parques solares também como a gente vê muito nos estados do nordeste. O segundo setor é o setor de transmissão. É onde a Sterlite atua. É onde nós fazemos a transmissão em alta voltagem. O que seria isso? Alta voltagem? São voltagens da ordem de 230 mil, 500 mil, 800 mil volts. A energia que nós consumimos em casa, que chega até as nossas residências, é só de 220 volts. Então, a transmissão, você não consegue fazer uma captação direta da linha de transmissão que passa perto da sua casa ou da sua residência ou da sua propriedade, e ligar diretamente na sua casa. Não funciona assim. Para isso tem um terceiro setor, que é o setor de distribuição. Que são outras empresas que operam na distribuição. A Sterlite é de transmissão. Então nós não temos nada a ver com a geração e não temos nada a ver com a distribuição. Logicamente, o fato de nós trazermos mais linhas de transmissão, nós estamos reforçando o setor elétrico como um todo. E, nesse caso, como a gente vai ver, agora falando um pouco mais sobre o projeto de Novo Estado, nós vamos estar escoando a energia ou parte da energia que está sendo gerada em Belo Monte. Nós estamos levando então a energia que sai de Belo Monte, passa pela subestação de Xingu, que está localizada aqui em cima, no município de Anapu, vai passar através da linha de transmissão, cruzando 11 municípios no estado do Pará, chegando até a subestação de Serra Pelada, e depois, de Serra Pelada até Miracema. E a energia, a partir daí, ela vai ser conduzida por outros empreendedores, até os estados do nordeste. Mas, também, o contrário é válido. Ou seja, nós estamos levando energia de Belo Monte para o Nordeste brasileiro, mas o contrário também é válido. Nós vamos trazer energia também dos estados do nordeste para serem consumidos aqui nessa região, nos estados de Tocantins e no estado do Pará futuramente. Bom, como eu falei, nós estamos cruzando com o projeto 11 municípios aqui no estado do Pará. Começando então com a subestação de Xingu em Anapu, depois passando por Pacajá, passando por Novo Repartimento, Itupiranga, Marabá, e depois a gente vai passar ainda por Curionópolis, El Dorado dos Carajás, onde eu tenho a derivação aqui da linha de transmissão, de uma outra linha de transmissão que é a que liga a subestação de Serra Pelada até Itacaiunas, todas em 500 mil volts, ok? Depois passa por Xinguara, Sapucaia, Rio Maria e floresta do Araguaia. Esses são os 11 municípios que estão recebendo o projeto dentro do estado do Pará. No estado de Tocantins, são outros 11. Mas, no total, nós temos 22 municípios sendo afetados pelo projeto de Novo Estado. Ok? Bom, o projeto de Novo Estado, entre Xingu, a subestação de Xingu e a subestação de Serra Pelada, e a subestação de Serra Pelada e a subestação de Miracema, na realidade nós temos duas linhas de transmissão, elas são paralelas. Por isso que a gente fala aí circuito C1 e C2, o C1 e C2 é uma linha de transmissão C1 e o C2 é outra linha de transmissão. Elas estão paralelas, são circuitos paralelos. Então, eu tenho uma linha de transmissão de 437 quilômetros entre a subestação de Xingu e Serra Pelada, e outros 410 de Serra Pelada até Miracema. E mais 97 quilômetros, só que nesse caso é um circuito simples, único, uma única linha de transmissão entre Serra Pelada e Itacaiunas. Nós esperamos, tendo sucesso em todo esse trabalho que estamos fazendo de licenciamento ambiental, a gente espera obter a LI até março do ano

que vem, e, portanto a licença de instalação, e, portanto, começar a construção a partir de abril. E a construção do projeto como um todo, a gente espera que dure até junho de 2020. Então serão 14 meses de trabalho intenso. Nós vamos instalar mais ou menos quatro mil torres de transmissão ao longo desse período. E mais de quase 32 mil quilômetros de cabo de instalação, que são vários cabos por fase. Nós deveríamos ter, no pico dos trabalhos, na ordem de 7.800 pessoas trabalhando no projeto. Lógico que isso aí é distribuído nos 22 municípios, não é concentrado, é distribuído. E ao longo do projeto nós temos várias fases, como a gente vai poder ver durante a execução. Aqui as empresas parceiras. Então, as empresas que irão participar da construção, elas já estão definidas. A primeira empresa que a gente chama de SBSK, ela vai executar a linha de transmissão entre a subestação de Xingu e o Rio Itacaiunas, ok?! E ela vai ter canteiros então nos municípios de Anapu, Pacajá, Novo Repartimento, Itupiranga e Marabá. A outra empresa que vai construir a linha de transmissão, é a Tabocas, e a Tabocas vai construir desde o Rio Itacaiunas, até chegar na subestação de Miracema. E ela vai ter canteiros instalados ao longo da linha, começando em Curionópolis, Floresta do Araguaia e Xinguará, que estão dentro do estado do Pará, e outros municípios do estado de Tocantins. A terceira empresa é a SaeTowers que vai construir o trecho de linha de transmissão que vai da subestação de Serra Pelada, que é nova, até a subestação de Itacaiunas que está no município de Marabá. Além disso, nós contratamos a empresa ABB e a empresa Cobra pra construírem as subestações, então eles têm a responsabilidade de construírem a subestação nova de Serra Pelada e as extensões em Itacaiunas, em Xingu, em Miracema. Falando um pouco agora sobre a faixa de servidão. A faixa de servidão é uma área que você tem debaixo dos cabos da linha e na região das torres. E essa faixa de servidão ela tem como finalidade preservar a segurança, tanto do empreendimento, quanto de todas as pessoas, enfim, todas as atividades humanas que podem se passar ao redor da linha de transmissão. É importante ressaltar que a faixa de servidão, o proprietário que se vê afetado pela faixa de servidão não perde propriedade da terra. Ele faz uma concessão, e por isso ele recebe uma compensação por esse uso. Mas ele continua sendo o dono da terra. Aqui no nosso caso, nós vemos que tem duas linhas de transmissão, como eu falei, circuito C1 e circuito C2, que vai desde a subestação de Xingu, até a subestação de Miracema. E entre as duas torres, nós vamos ter 60 metros de distancia. A faixa de servidão inclui esses 60 metros entre as torres e mais 28 metros de cada lado. Isso dá uma faixa total de 116 metros, ok? No circuito simples que vai de Serra Pelada até a subestação de Itacaiunas, nós temos uma faixa de servidão da ordem de 55 metros, como a gente pode ver aqui. Logicamente as partes, tanto os proprietários afetados pela linha de transmissão, quanto a empresa que é a star light, todos nós temos direitos e temos também as nossas obrigações. Em termos de direito do proprietário, ele tem direito de receber a justa compensação pelo uso da terra, pelo uso que nós estaríamos fazendo da faixa de servidão, assim como tem direito a reparação de todos os danos que, por ventura, o projeto viera a causar a sua propriedade. Por outro lado ele passa a ter obrigação de ceder o acesso para as equipes técnicas desenvolverem os trabalhos e, logicamente, quando o projeto estiver construído, ele tem obrigação de ceder pra poder fazer a instalação do projeto. Por outro lado, a star light, em contrapartida, ela tem obrigação de compensar os proprietários pelo justo valor de sua propriedade, do uso da terra. E também por remunerar o proprietário por eventuais danos que venhamos a causar em sua propriedade, zelando pelos seus bens, e, principalmente, o maior respeito. O respeito é um dos valores fundamentais da Sterlite e que nós fazemos questão de ressaltar aqui. E, por outro lado, nós temos direito de ter acesso a faixa de servidão e construir o projeto. Ok? Dito isso, aqui são alguns itens que podemos fazer debaixo das linhas de transmissão. A vida

continua normalmente. Nós podemos ter pequenas plantações ou plantações não muito altas, até seis metros e meio, eu sei aqui que tem bastante cultura de cacau na região, então isso não afeta a cultura de cacau, então, provavelmente vai continuar sem problema. Nós podemos ter esses termos de irrigação de pequeno porte, podemos fazer uso de implementos agrícolas, também de pequeno porte, podemos passar a cerca elétrica sempre com aterramento sendo providenciado pelo investidor, ou pelas empresas que estão trabalhando no projeto. Transitar debaixo da linha não traz nenhum problema, e, além disso podemos usar também o terreno pra pastagem. Agora, o que nós não podemos fazer debaixo das linhas de transmissão? Não podemos fazer queimadas e nem fogueiras. Não podemos ter nenhum tipo de construção debaixo da linha de transmissão. Não podemos usar a faixa de servidão para atividades recreativas, por exemplo, soltar pipa. Por motivos óbvios, não só nesse caso, mas, em todo tipo de linha de transmissão. Não podemos fazer cultivo de árvores de grande porte, nem fazer nenhuma instalação elétrica ou mecânica debaixo da linha de transmissão. E nem podemos plantar cana de açúcar, não é o caso aqui, mas, por riscos óbvios, pelo primeiro item, que é referente a incêndios. Essas são algumas informações básicas que eu queria compartilhar com vocês nesse momento. Como já foi dito o RIMA e o EIA está a disposição para consultas lá fora, qualquer questão técnica que surgir sobre o projeto, que eu tiver condição de responder, técnica ou outras questões, eu vou ficar muito feliz em poder contribuir pra tirar duvida de todo mundo, sempre que possível. E eu queria ressaltar que nós temos também esse número que é a nossa ouvidoria que é o 0800 002 0246 que qualquer pessoa, em qualquer momento, não só hoje, mas ao longo da execução do projeto, que sinta necessidade, por algum motivo, de entrar em contato conosco, pode ser feito através desse número. E eu queria só corrigir um ponto. Vocês não vão ficar com muita saudades de nós porque nós vamos continuar com vocês. Então, o empreendimento, é um empreendimento de 30 anos. Esse aqui é só o começo. Nós vamos estar na região operando depois dessa linha, por muito tempo e esperando ter uma parceria de longo prazo com vocês. Muito obrigado.

P/Mestre de Cerimônias – Convidamos o representante da construtora ambiental, Michael Goulart, para que apresente, no prazo de 45 minutos, os estudos ambientais realizados para o empreendimento em questão.

P/Michael Goulart – Bom, senhoras e senhores, boa noite novamente. É um prazer estar aqui nesse momento de representar um empreendimento, os estudos ambientais. Me apresentando novamente, meu nome é Michael Goulart, sou diretor técnica da Ambientare, empresa que elabora estudos ambientais, e vou falar um pouquinho pra vocês sobre esse grande estudo que foi feito, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental do projeto Novo Estado, representado aí pelas linhas de transmissão 500 KV Xingu Serra Pelada Miracema, Serra Pelada Itacaiunas e a subestação de Serra Pelada. Como já foi explicado com bastante eficiência pelo Flavio o processo de licenciamento ambiental, só recaptulando ele ocorre em três etapas, e nessas três fases representada por três licenças ambientais, mas um ponto importante a destacar, é como essas licenças ambientais obedecem também a etapas de planejamento, construção e operação no empreendimento. Como bem dito, essa etapa que nós estamos aqui, nós estamos discutindo projeto, discutindo a viabilidade sócio ambiental dele e entendendo se as medidas de controle e minimização dos impactos e os impactos positivos, eles são superados por essas medidas. Então, desde a fase de projeto, elaborado o estudo de impacto ambiental, etapa que nós estamos aqui é o licenciamento ambiental prévio da linha de transmissão na audiência pública, as medidas de controle dos impactos serão apresentadas no

detalhamento dos problemas ambientais, sendo solicitada a licença de instalação que é a que vai, efetivamente, autorizar o início das obras. Uma vez executados os programas ambientais e concluída a implantação do empreendimento, é solicitada a licença de operação, e aí sim o projeto tem autorização pra iniciar a operar. O órgão licenciador é o IBAMA, o número do processo já foi indicado. Como começa então a elaboração de estudo ambiental? O termo de referência, o Flávio já mencionou aqui, ele é aquele documento onde o IBAMA estabelece todas as condições necessárias para se elaborar o estudo. É nele que contém as diretrizes técnicas. Ou seja, o que eu preciso fazer pra estudar esse projeto? Qualquer estudo ambiental, seja ele complexo como EIA RIMA ou mais simples, ele é dividido nessas quatro grande etapas. A primeira etapa é a caracterização do empreendimento, é aquela fase onde o empreendedor, star light, vai apresentar, dentro do estudo de impacto ambiental, todas as características do projeto. Ou seja, qual é a extensão dessa linha de transmissão, quais os municípios essa linha vai passar, quantas torres, quando vai ser construído? Uma segunda etapa que, de maneira geral, ocorre de forma paralela com a caracterização do projeto, é o diagnóstico ambiental. Nessa etapa, são elaborados os estudo propriamente ditos. É quando a gente vai estudar então a região onde se pretende implantar esse empreendimento. Em três aspectos principais, meio físico que são todos aqueles componentes referentes a parte física dos ecossistemas, então, por exemplo, é a qualidade do ar, a qualidade da água, são solos com relevo. O meio biótico, que é representado aí pela vegetação e pelos animais, a fauna e a flora, e o meio sócio econômico que certamente é mais interessado e representado por todos vocês aqui. Ou seja, as populações que estão próximas na linha, os municípios que são interceptados pelo projeto. Quando a gente avalia essa interação entre o diagnóstico da área que eu estudei e a caracterização do projeto, eu consigo identificar e avaliar alguns impactos ambientais sobre esses três componentes. Esses impactos podem ser tanto impactos positivos, quanto impactos negativos. O que a gente tem que fazer, então, a partir do momento que a gente identifica e avalia esses impactos? Nós vamos propor algumas medidas para os impactos negativos. São medidas que visam diminuir o impacto ou evitar que esse impacto aconteça, ou controlar esse impacto. Se esse impacto não for possível de ser controlado ou minimizado, existe um mecanismo que a gente chama de compensação ambiental. Já que ele é inevitável de acontecer eu vou compensar esse impacto. E esse impacto, obviamente, ele tem que ser monitorado ao longo de toda fase. Não só de implantação como de operação do empreendimento. E, se o impacto for positivo, também é muito interessante que a gente estabeleça algumas medidas para que o efeito positivo desse impacto se torne maior. Esse conjunto de medidas aqui, ele está dentro do arcabouço que a gente chama de programa ambiental. Ou seja, o programa ambiental é sem dúvida uma das partes mais importantes do EIA/RIMA, que é lá que os senhores terão acesso a quais são as medidas, quais são as propostas que o empreendimento e a sua consultoria tem pra diminuir os impactos e para trazer impactos positivos para a região. Bom, o empreendimento como já foi explicado pelo Jell, ele atravessa os estados do Pará e Tocantins, ao longo de 22 municípios. Aqui a gente tem as localizações das três audiências públicas que nós estamos realizando essa semana. Bom, tudo bem, a gente já sabe que o empreendimento pretende instalar nessa região. Agora, como que definiu-se que aqui seria a região adequada para instalar esse projeto? Como já foi explicado, a instalação de uma linha de transmissão de energia, ela reflete um planejamento do governo de expansão do sistema de transmissão. Então, o governo junto com a ANEEL e várias outras instituições, eles estudam as demandas de energia do país, e eles indicam aquelas localizações e aquelas regiões onde é necessário expandir o sistema de energia. Então, a primeira localização, essa alternativa um aqui que os

senhores estão vendo, é a alternativa que o governo licitou, foi pro leilão e a Sterlite foi vencedora do leilão dizendo olha, essa aqui é a linha que eu quero instalar. Que o governo pretende expandir a linha de transmissão. A partir, então, dessa primeira definição do traçado da linha, de onde ela vai passar, são estudadas alternativas locais, ou seja, dentro dessa situação, será que tem outras localidades que eu posso ajustar a linha pra um lado e pro outro? Sim, tem, e nós fizemos isso junto com o empreendedor, porém, esse projeto específico, ele tem uma limitação determinada pela própria ANEEL, em função de segurança do sistema de transmissão. Essas linhas aqui em verde e preto que os senhores estão vendo, são os dois linhões que já existem aqui na região, o Xingu Rio e o Belo Monte Transmissora de Energia. Então, a gente tinha uma limitação de estar em uma distância mínima de 1,5 quilômetros dessas linhas, então, em função disso, houve essa limitação, então, em certos trechos da linha não deu pra mudar muito a localização. E em outras situações que ocorreram também, como aqui no caso da linha de transmissão Serra Pelada Itacaiunas, é redução da extensão dessa linha. Obviamente que quanto menor o empreendimento, menor a extensão, menos impacto, menos áreas são interferidas. E outras situações também que ocorreram é fazer pequenos ajustes no traçado pra, por exemplo, evitar aí a interferência em fragmentos de vegetação mais extenso. Bom, onde que nós fizemos todos esses estudos ambientais? É o que a gente chama de áreas de estudo, e essa área de estudo, ela se diferencia em função de cada meio. Para os meios físicos e biótico, nós definimos que ao longo de todo traçado da linha, a região, ou seja, uma área mais abrangente, de cinco quilômetros para cada lado, seria a nossa área de estudos regional. E para identificar aquela área que vai estar mais sujeita, provavelmente, aos impactos da linha, nós definimos uma extensão menor em torno de 500 metros para cada lado. E foi nessa região aí de 500 metros pra cada lado da linha de transmissão que nós fizemos o levantamento de dados em campo. Para o meio sócio econômico, a nossa área regional não podia ser diferente, e abrangeu, óbvio que todos os territórios dos municípios interceptados, ok?! Para a nossa área de estudos, ou seja, local, onde nós fizemos a coleta de dados, nós visitamos algumas várias propriedades, também nós estabelecemos essa faixa de 500 metros, mas, ficamos somente nessa faixa em relação as comunidades. Nós visitamos todas as comunidades, então, tem, às vezes tem comunidades que estão um pouco mais de 400 metros, como tem comunidade que estão a mais de sete quilômetros da linha de transmissão. Bom, o diagnóstico ambiental, como eu falei, é o estudo efetivo de todos aqueles componentes nos meios físico, biótico e sócio econômico. Como que nós fizemos esse estudo? Primeiro, existem dois tipos de levantamento de formação, dados primários e dados secundários. Dados primários são aqueles dados onde a gente organiza um trabalho de campo, leva uma equipe de especialistas e vão, efetivamente levantar as informações locais. Então, por exemplo, pra parte de sócio economia, é onde foi feita aquela coleta de informação frente a frente, face a face com a pessoa. Foi quando foi feita, foi nas secretarias, conversou com associações comunitárias, esses são os levantamentos de dados primários. Pro meio físico e biótico, são os estudos de campo. Então, a equipe de especialista em solos, em relevos, em cavernas, fauna e flora, foram a campo, dentro daquela faixa de 500 metros para coletar alguns dados locais. E os dados secundários são aqueles já existentes, ou produzidos por outras empresas ou instituições de pesquisa, ou disponíveis, por exemplo, em sites. São dados do governo, então, aqui entra o IBGE, entra a agência nacional de numeração, ICMBIO e tantas outras instituições aí que possuem formação sobre a região onde a gente pretende implantar o empreendimento. Foram realizadas também pesquisas de opinião junto a organizações sociais comunitárias, e com a parte de metodologia, não para o diagnóstico, mas pra avaliação de impacto, nós nos baseamos aí na legislação básica e principal, que é a

resolução CONAMA 01 de 86. Nessa resolução CONAMA os impactos recebem um conjunto de atributos, se eles têm uma origem direta ou indireta; se eles ocorrem localmente, ou seja, somente na área diretamente afetada pelo projeto, desse empreendimento, no caso, é a faixa de servidão. Se ele está ali no entorno, entre 500 metros, 1 quilometro a um quilometro da linha, ou se o impacto tem uma abrangência ainda maior dentro daquela faixa dos cinco quilometros da nossa área de estudo, ou os territórios municipais. Além disso, se ele é temporário, se ele é reversível ou não. Esses atributos todos vão refletir em duas características bem importantes de um impacto ambiental, que é a importância dele, ou seja, o quanto que esse impacto ele representa, o quanto ele afeta aquele componente ambiental e qual o tamanho dele. E quando a gente cruza essas duas informações, a gente chega em uma classificação de significância, se o impacto é significativo, se não é significativo ou ele é medianamente significativo. Bom, o diagnóstico ambiental ele é uma parte do estudo mais extensa, normalmente chegam ai 500, 600, 800 páginas, então, vamos apresentar algumas informações mais relevantes, mas, como já foi informado aqui, tem a disposição tanto estudo de impacto ambiental, quanto relatório de impacto ambiental ali na recepção para os senhores consultarem. Com relação ao meio físico, alguns dados importantes, é uma linha de transmissão muito extensa, então, com isso a gente observa muitas variações no relevo. Então, desde áreas mais aplainadas, as planices fluviais, por exemplo, na margem do Rio Araguaia e outros cursos d'água, até relevos mais ondulados, próximos ali, por exemplo, da região de Serra Pelada, a gente tem algumas serras ali. A gente vê que o solo predominante aqui na região é um solo amarelo, é um solo mais profundo, é um solo bem drenado. Ou seja, a água consegue entrar bem nesse solo. E em algumas regiões a gente tem esses afloramentos aqui, os lajeados e a gente consegue observando, andando nas estradas, em algum momento observar esse tipo de formação. E o importante aqui desse conjunto de características do meio físico é que ele vai refletir na possibilidade de ocorrer as erosões, que são aqueles buracos no solo quando, o solo, principalmente o solo que não tem vegetação, ou que às vezes ele é substituído por áreas de pastagem, mas sem o manejo adequado, surgem aí essas erosões. De forma geral, a região é moderadamente, medianamente estável. Toda essa... Isso aqui é um gráfico, então, 57% mais 32%, ou seja, quase 90% de toda área de estudo nossa, ela tem baixa ou média propensão a ocorrer esse tipo de situação. Com relação os rios e córregos atravessados, nós atravessamos sete sub bacias hidrográficas e algumas dezenas ou centenas de pequenos cursos d'água. Aqui é o Rio Araguaia, um dos rios mais importantes da região, aqui o Rio Tacaiunas, e um ponto importante relevante a dizer que essas travessias de curso d'água, elas não geram impactos efetivos. Os impactos são muito pequenos porque você instala, normalmente, torres de um lado e do outro do Rio, você não tem interferência direta. Bom, outro ponto bastante importante quando a gente fala de meio físico são as cavidades né, ou cavernas e grutas. São formações geológicas bastante sensíveis e muito raras. Então, elas tem um regime especial de proteção dentro da legislação. Inclusive, um dos órgãos que o Flávio mencionou, ICMBIO, é quem faz essa análise específica. Nós fizemos levantamento ao longo de toda linha de transmissão, principalmente nas áreas de auto potencial, e o que a gente viu é que próximo a região de Serra Pelada, existem muitas cavidades. Nós encontramos 17 cavidades, a mais próxima delas está a dez metros da linha de transmissão, ou seja, está dentro da faixa de servidão, mas, em nenhuma delas encontramos elementos que refletissem muita importância. Nós fizemos estudos específicos que são definidos na legislação, e todas essas cavidades são de baixa importância. Em função do tipo de informação, da extensão, da abertura da cavidade, e outro fato relevante é que mesmo estando tão próximo da linha, é improvável acontecer qualquer impacto, porque não vão ser instaladas

nenhuma torre, sobre cavidades e nenhum acesso também. Bom, então quando a gente chega na parte de impactos é porque nós fizemos essa análise do que nós encontramos no diagnóstico, e as características do projeto. O impacto relevante é essa potencial interferência sobre o patrimônio espeleológico, mas, como eu mencionei, é improvável, mas de toda forma é importante se monitorar ao longo da fase de obras, e no meio físico, os principais impactos estão relacionados aí as ações de obra propriamente dito. Movimentação de máquinas e equipamentos, que podem gerar poeira, as máquinas circulando nos acessos, pode gerar um pouco de aumento de ruído nas proximidades aí das frentes de obra, e também geração de processos erosivos, eventualmente. Mas nós temos, para cada um desses impactos, o conjunto de medidas que são propostas dentro dos programas ambientais. Então, por exemplo, pra execução da obra nós temos um programa que é bastante importante, que é chamado programa ambiental da construção. Como o próprio nome indica, nós estamos definindo as regras ambientais que as empreiteiras tem que seguir. E elas tem que seguir e são fiscalizadas por meio do programa de gestão ambiental. Então existe uma equipe independente que vai fiscalizar, que vai verificar se a empreiteira está fazendo todo trabalho que tem que ser feito. E, além disso, de ter uma equipe técnica da consultoria, como já foi dito tanto pelo Flávio quanto pelo Jell, existe aí o 0800, existe um serviço de ouvidoria que qualquer pessoa pode fazer uma comunicação ou reclamação. O programa mais importante é o programa de recuperação de áreas degradadas. Nesse programa, então, o que nós temos é todas as áreas que serão alvo da obra, após o término das obras, se elas não forem utilizadas pra alguma estrutura do projeto, elas tem que ser recuperadas. Bom, passando um pouco mais pra frente do diagnóstico ambiental, agora do meio biótico. Antes da gente iniciar o estudo do meio biótico, o que a gente faz é entender a paisagem da região de projetos pretende se implantar. Então a gente faz uma avaliação do uso e ocupação do solo pra entender onde estão as áreas já impactadas e onde estão as áreas preservadas, né?! Então aqui a gente tem área de pastagem e aqui áreas de formações florestais. Mais da metade de toda a nossa área de estudo é constituída de pecuária, de pastagens mas ainda temos aí uma grande parte de formações florestais. Essas formações florestais, elas se distribuem aí ao longo da linha de transmissão. E existe uma parte, uma região próxima ao empreendimento, mas que não é... não está dentro daquele 5 quilômetros que nós definimos de área de estudo, que tem uma grande área preservada onde a gente tem algumas unidades de conservação. Né?! Essas unidades de conservação são áreas de proteção da biodiversidade, mas que não tem nenhuma relação com o projeto. A área mais próximo é a flona floresta Nacional de Carajás, que está a cerca de 19 quilômetros da linha de transmissão. Bom, conhecendo então como se distribui as áreas preservadas ao longo da linha de transmissão, então a gente estabelece os nossos locais de coleta de informações sobre a vegetação. Todos esses pontinhos verdes aqui significa que uma equipe esteve lá em campo pra entender quais são as espécies de flora da vegetação que estão ali tá?! E o que a gente encontrou é que a maior parte da linha de transmissão, ela é ocupada por esses dois tipos de floresta, a floresta ombrófila, densa submontana e aberta submontana. Floresta ombrófila é essa mata essa Floresta alta para daqui da região Amazônica que todos conhecem. E lá pra parte mais ao sul da linha, já chegando aqui Miracema, a gente tem savana arborizada, que são os cerrados né?! Alguns resultados, então encontramos aí 900 espécies de plantas. Algumas, 10%, são endêmicas, são espécies que acontecem, ocorrem em alguns biomas né?! Aqui o bioma da amazônia e bioma do cerrado. E algumas espécies ameaçadas e protegida de extinção. Um ponto importante a ser mencionado é que o empreendedor, ele definiu como faixa de servidão 116 metros de largura. Essa faixa de servidão, ela é definida em função de aspectos técnicos e de segurança da transmissão de energia, mas não

significa que nesses 116 metros vai ter a retirada efetiva da vegetação. Então isso é só para ter uma garantia que apesar de nós termos aí espécies ameaçadas de extinção a área que vai ser de fato cortada, é bem reduzida em função de toda área que vai ser interferida pelo projeto. Os estudos de fauna, da mesma forma, nós pegamos aqueles fragmentos de vegetação mais bem preservados né?! E estabelecemos em nove áreas de estudo. Alguns números aqui 94 espécies de mamíferos, que são as cutias, tatus, as onças né?! Inclusive a gente tem dentro das espécies ameaçadas aqui tem o tamanduá-bandeira. As aves, 401 espécies, as aves constituem um grupo de fauna de mais fácil visualização né?! Porque eles têm uma mobilidade muito grande, a gente consegue não só enxergar, como escutá-las muito bem. E répteis e anfíbios com um pouco mais de 50 espécies cada um, cada grupo. Bom, os impactos meio bióticos, sobre a fauna e a flora, nós temos o principal fator que vai gerar impactos sobre a biodiversidade, vai ser sempre a retirada da vegetação. Essa retirada da vegetação, ela é indispensável para realizar o empreendimento, não tem como você instalar uma torre sem você retirar a vegetação. Porém, no intervalo entre as torres, ou seja, o que a gente chama de vão entre torres, a supressão de vegetação, ela vai ser restrita ao mínimo necessário para passagem dos cabos tá?! Que nós temos então quando é perdida essa cobertura vegetal nativa, há um impacto direto sobre a fauna, porque a fauna utiliza aquela vegetação para se reproduzir, para se alimentar como área de refúgio né?! Mas é possível a gente impedir ou diminuir esse impacto? Com certeza. Então se resume aí a três ou quatro tipos de ações, ações bem específicas. Então já que é necessário suprimir a vegetação, cortar essa vegetação, é importante que a gente controle o quanto que tá sendo cortado. Restringir ao mínimo necessário para execução das obras. E um ponto importante também certamente deve ter algum proprietário de terra aqui, a madeira que é retirado durante o corte da vegetação, ela é, preferencialmente, doada ao proprietário da terra. Então isso é um ponto relevante também. Antes de se fazer o corte da vegetação existem equipes de biólogos que vão até a área, vão coletar sementes, essas sementes vão ser germinadas e essas mudas podem ser utilizadas na recuperação de áreas dentro da própria propriedade, ou no enterro. Durante o corte da vegetação é também acompanhado por outra equipe de biólogos, que vão acompanhar e verificar se há alguma espécie de fauna lá. E buscar afugentar esse animal ou resgatá-lo e colocar em outro local para ele não sofrer impactos. Evitando, assim, acidente com espécies da fauna. E dos programas mais importantes, nesse caso, a retirada de vegetação não tem como não ser feita né?! Então é um impacto que ele não é mitigado. Então como que a gente faz? A gente compensa. E essa compensação é chamada de reposição florestal. Como o próprio nome diz, ele repõe a floresta, né?! Então pra cada, no mínimo um hectare de floresta que for retirado para implantação do projeto, pelo menos outros um hectare vão ter que ser ou reflorestados ou conservados. Esse é um compromisso que o empreendedor tem. Bom, passando agora para a parte de socioeconomia nós fizemos o estudo tanto em áreas nas sedes urbanas, como também nas comunidades. Estão dentro dos 22 municípios a gente tem uma população aí de quase 800 mil, mais de 70% da população é urbana, que é natural né?! É a tendência do Brasil. O saneamento básico aqui da região não difere muito de outras regiões do interior do Brasil né?! Então a gente tem grande parte de abastecimento de água ainda com poço, esgoto sanitário ainda a rede é bastante reduzida, muitas fossas rudmentares. De maneira geral a saúde pública, as sedes urbanas todas têm saúde básica. Mas aqueles casos mais complexos, normalmente, são encaminhado para o município de maior porte de referência. Um ponto importante aqui, inclusive já mencionado é a participação da Secretaria de Vigilância Sanitária né?! Você vê essa que a gente chama, né?! Na região aqui nós temos 41 registros de febre amarela entre 2006 e 2012, e quase 600 casos de malária. O que que é obrigação do empregador com relação a isso? A

gente já ouviu aqui, a gente sabe que pode, de fato, vir trabalhadores de outros estados, outras regiões para cá. Então um ponto importante principal é o estudo de avaliação do potencial malarígeno. Ou seja, eu vou avaliar qual que é a probabilidade de ocorrer malária na região, já que pode ocorrer de chegar pessoas de outras regiões, já que eu vou tirar a vegetação e essa vegetação também pode contribuir para aumento de malária. A partir do momento que a gente faz esse estudo de avaliação de potencial malarígeno, a gente propõe também algumas ações de controle da malária. E essas ações, elas envolvem também reuniões com os representantes de todos os municípios onde se verificou que há esse potencial, e que a gente chama de reunião de pactuação, que são acordos formais em que o empreendedor, ele fornece auxílio aos municípios, por meio de convênios, para fazer esse combate da malária. Falando aqui das comunidades então no entorno da linha de transmissão, todos esses pontinhos rosas aqui que os senhores estão vendo são comunidades. Então tem comunidades que tá pouco mais de 400 metros, como tem comunidades que tá há mais de sete quilômetros, não é?! Um ponto importante que a gente identificou, são 40 comunidades, então é uma região bastante ocupada. E aqui alguns registros. Como já foi falado, um dos pontos principais aqui é a precariedade de acesso, a dificuldade de acesso. A rede pública de saúde tem também unidades básicas, mas principalmente encaminhadas aí para sedes urbanas, como centros de referência. E é o sistema de abastecimento de água também é muito similar. Então poço raso, aqui é evidente a baixa capacidade de coleta adequada de resíduos sólidos. Então a prática de queima é uma prática comum. E as construções são diversificadas, algumas construções em material mais simples de madeira mas a gente vê também algumas de alvenaria. Enfim, então um conjunto de diferentes tipos de construção. E aqui algumas... alguns registros fotográficos aí do sistema sócio produtivo, né?! Então a gente tem muitas áreas de pastagem, como a gente já viu no estudo de uso e ocupação do solo. Esse leite ele é coletado. Você tem aqui um comércio de hortifrutigranjeiros, plantio de milho. Em algumas associações aqui que nós somos visitamos também. Além das comunidades situadas no entorno né, a região todos sabem que existem muitos projetos assentamentos rurais, esses projetos são bem antigos, são de década de 70. Todos essas figuras laranjas representam o território de projeto de assentamento, totalizando nos municípios, nos 22 municípios, são 254 projeto de assentamento. Onde tem esses amarelinhos são os territórios que são interceptados pela linha de transmissão. Mas um pouco importante é que ainda que esses territórios sejam interceptados não existe nenhuma comunidade dentro de projeto de assentamento que tenha área de moradia, de convívio comunitário interferido. As comunidades tradicionais, como mencionado no começo pelo Flávio, a gente observa que nós estamos aqui muitas terras indígenas, mas nenhuma efetivamente próxima do empreendimento, a mais próxima está a 12 quilômetros da linha de transmissão. Dentro do licenciamento ambiental se essa comunidade indígena ela estivesse a menos de oito quilômetros da linha de transmissão a gente teria obrigatoriamente de conduzir o estudo específico de indígenas junto a Funai. Os quilombolas, as comunidades remanescentes de quilombos da mesma forma são esses pontinhos laranjas, então estão bastante distantes da linha de transmissão. A mais próxima está a 45 quilômetros. Se tivesse também dentro do raio de oito quilômetros nós teríamos de também conduzir um estudo específico junto à Fundação Cultural Palmares. Então os impactos né?! Certamente impacto e programas que é a parte de maior interesse de todos aqui na audiência. Primeiro ponto de ressaltar, só pros senhores entenderem, né?! Onde eu tô vendo aqui azulzinho são impactos significativos são impactos que têm importância e magnitude média ou alta. Onde tenho verdinho são impactos marginais, então importância e magnitude média, né?! Com um pouco menos importante, um pouco menos significativo. E o cinza que não tem aqui é impacto insignificante.

Ou seja, é bastante improvável e de baixa relevância. Então iniciando aqui nós temos alguns pontos muito importantes também mencionado pelas autoridades locais. É a possibilidade de um empreendimento como este trazer trabalho e renda. Então todo empreendimento que vem obviamente que existe um conjunto de qualificações, uma diversidade de oportunidades, mas certamente haverão oportunidades de emprego nos municípios né, que foram interceptados, e esses empregos eles vão gerar trabalho e renda. Quando você gera o trabalho para uma pessoa que está fora do mercado, que está sem ocupação, isso vai gerar também que a gente chama de efeito de consumo. A pessoa, ela vai passar a ter renda, ela vai obviamente consumir. Essa renda, ela vai ajudar a dinamizar a economia regional, que já vai estar sendo influenciada também pela proposta do empreendedor de buscar, ao máximo, consumir, comprar produtos nos mercados locais, e como contratar, também, serviços locais. Então esses são impactos positivos que obviamente também como consequência, indireta ou direta, é um momento aí da geração de impostos. Como que a gente pode fazer para aumentar esses impactos positivos? Então primeira coisa é selecionar mão de obra local, contratá-la e capacitá-la, né?! Essa mão de obra, ela vai estar apta para trabalhar e vai gerar renda, e vai gerar todo esse processo de dinamização da economia regional. Um programa de aquisição de insumos. Então buscar fazer um cadastro de potenciais fornecedores, verificar como que eles podem se qualificar para fornecer para as empreiteiras que estarão aqui. E obviamente articulação institucional junto com as prefeituras, junto com o Sesi, Senai, Senac, enfim, todas as instituições que podem para propiciar treinamentos, divulgação de vagas. São pontos bastante relevantes. Um ponto importante é o programa de comunicação social, que é o canal direto da população com o empreendedor e com a consultoria, tá?! Esse programa que ele tá sendo proposto dentro do estudo de impacto ambiental, mas a bem da verdade, ele já existe há bastante tempo. Desde aí do início do ano nós já implantamos ouvidoria, já existe número 0800 e senhores pegaram um folder, um papelzinho lá fora, na parte de trás dele tem um número aí se vocês não conseguiram gravar. Outro ponto importante, já mencionado aqui, é um projeto estratégico pro governo que visa, antes de tudo, fortalecer o sistema interligado nacional. Que que é isso? Todas as linhas de transmissão do Brasil elas estão interligadas no sistema único onde se coordena a energia para onde que vai, para onde que vem, essa energia tá disponível né?! Apesar dessa energia não poder ser distribuído, como já explicado pelo Jell, mas ela está disponível desde que operadoras, concessionárias locais tenham acesso, elas podem expandir a distribuição. Outros impactos aqui, inclusive mencionado por uma das autoridades, a interferência do tráfego rodoviário, apesar do tráfego se restringir às áreas mais no entorno da área de transmissão, existe essa possibilidade. Mas é possível a gente fazer aí um conjunto de medidas para mitigar esse impacto? Com certeza. Então programa de educação ambiental, a sinalização, controle de tráfego nas estradas, principalmente em áreas mais sensíveis, como próximo a escolas, próximo a hospitais ou unidade de saúde. Isso é possível, é viável e necessário de ser feito pelos EPC's, pelas empreiteiras. Outros impactos aqui também bastante relevantes, já mencionado um pouco, é a questão da alteração da paisagem, interferência no uso e ocupação do solo. Quando a linha for implantada, ela vai, obviamente, representar uma alteração na paisagem, no visual daquela região, e vai estabelecer algumas restrições. Porém que não são tão relevantes quando a gente observa que tipo de atividade econômica é desenvolvida aqui. Então culturas como milho, como cacau, as passagens, elas não vão ser interferidas. Então o nível de interferência na forma como o solo é ocupado é pequeno, assim como a paisagem. Dois pontos importantes aqui mencionados, interferência no cotidiano da população. Obviamente, são empresa chegando, a intenção é buscar a contratação máxima de trabalhadores e pessoas aqui, e serviços.

Mas, certamente, terão pessoas de fora não é?! Então às vezes essa circulação de pessoas estranhas pode causar alguns atritos e, para isso, a gente vai ter não só comunicação social, como educação ambiental, com estabelecimento aí de um código de conduta bastante rígido, para todos trabalhadores do projeto. E qualquer situação que ocorrer, obviamente, a gente vai ter a comunicação social, que é o canal que a população tem para se fazer com um empreendedor. Quanto aumento da demanda por serviços públicos. Então a gente tem que situações das doenças endêmicas, são as doenças transmitidas por mosquitos vetores, então a gente já tem todas essas medidas, esses estudos em desenvolvimento. O plano de ação de controle da malária. A gente tem que grande parte dos atendimentos simplificados, eles já serão feitos dentro dos canteiros de obra, todos aqueles canteiros de obras foram apresentados terão o seu o seu ambulatório próprio, isso é obrigatório em função do número de trabalhadores, e somente, realmente, aqueles casos mais graves que normalmente não ficariam nem nas comunidades e nem na sede de municípios pequenos, já seriam, e serão, naturalmente encaminhado para grandes centros urbanos. Como conclusão né, os estudos foram elaborados não é?! Em atendimento aí ao termo de referência emitido pelo Ibama. Nós fizemos, buscamos identificar todos os impactos e tentar, junto com o empreendedor, propor medidas de mitigação, de minimização de impactos e de potencialização dos impactos positivos da melhor maneira possível, mas lembrando a gente está na primeira fase ainda do processo, de solicitação de licença prévia, todas as medidas propostas aqui, elas são ainda conceituais, e elas podem, e serão, discutidos ao longo do processo de licenciamento antes da efetiva implantação do empreendimento. Co isso, a nossa conclusão é que o empreendimento, ele é viável do ponto de vista socioambiental, desde que todas essas medidas propostas, elas sejam implementadas. É isso. Obrigado. Aqui tá o número da ouvidoria, que já mencionei, tá aí no foder, na parte de trás do foder, e aqui também número linha verde do Ibama. É isso. Fico à disposição aí para pergunta e dúvidas. Obrigado.

P/Flávio - Pessoal, vamos lá. Então, agora, a gente faz um intervalo. E aí a gente tem suas colegas nossas aqui com as folhas para o pessoal poder preencher e duas lá fora lá fora. Então a dinâmica é a seguinte gente, qualquer manifestação ou pergunta que você queira fazer, você tem que se inscrever com papel, para gente poder se organizar tá?! E aí você vai escrever lá a sua pergunta ou se você quer fazer pergunta oral. Entendeu? Então mesmo se você queira se manifestar no microfone, a gente pede que você se inscreva, porque a gente tem que ter esse controle para o processo. E quando a gente chegar na fase das discussões, das perguntas, todo mundo falar no microfone, senão não é registrado. Tá jóia? Então vamos lá. 15 minutos de intervalo. Tem um lanche servido lá fora, oferecido pela empresa tá jóia?! E não esquece também de ir se inscrevendo. Tá jóia?

P/Flávio - Pronto. Pessoal, vamos lá. Vamos retomar agora a segunda parte da nossa .Como eu disse, então agora é a parte onde a gente tem uma interação maior né?! Eu tô com uma lista aqui de perguntas. Quem quiser ainda dá tempo de se inscrever tá? Procura o pessoal do apoio aqui para se inscrever. Então eu vou começar o seguinte, quem for fazer a pergunta oral eu falo o nome da pessoa, alguém leva o microfone para ela tá?! Aí ela pode fazer a pergunta. E quando a pergunta for oral, eu falo o nome da pessoa e eu mesmo faço a pergunta, e a gente vê quem da mesa que vai responder tá?! Nessa fase agora então na mesa estou eu representando o Ibama, O Jell e o Udo representando a Sterlite e o Michael representando a consultoria ambiental tá? Aí dependendo do teor da questão a gente escolhe aqui quem que é mais apropriado para responder. Tá certo, gente? Vamos lá então. Primeira pergunta, senhor Aguilar Bozi fazer pergunta oral. No microfone por favor sempre, pra gente poder gravar.

P/Aguilar Bozi - Como eu já expus no início da minha fala de apresentação, dos bem-vindos né?! Eu queria que... eu não sei, porque são tantas questões que a gente gostaria, mas eu sei que todo mundo vai ter um questionamento, eu quero me pautar em duas situações, que é o que mais me incomoda. A questão da garantia dos empregos na nossa região. As pessoas que forem pra ser contratadas em funções menos importantes, porque nós não temos gente preparada, às vezes, para muitas funções, mas para apontador, para motosserrista, para servente de pedreiro, tem inúmeras, para pedreiros, nós temos gente no nosso município desempregada. Como sempre, o prefeito fala 80, 90% das pessoas que nos procuram no nosso município é querendo emprego, não é querendo nada. Então uma oportunidade que tem, e nas outras audiências que já aconteceram nesse município, sempre há um compromisso de que vão contratar, aproveitar a mão de obra não especializada, mão de obra que é possível de se ter no nosso município que seja contratado no nosso município. Então eu queria que esse compromisso fosse firmado, e fosse cumprido. Porque até então nas outras obras que aconteceu da ABNT, aqui acontecer tá acontecendo da Xingu Rio, este compromisso, infelizmente, não tem sido cumprido. Queremos saber até que ponto o Ibama tem como fazer constar isso e fazer com que seja cumprido. A outra questão é a questão das indenizações por esse uso da terra dos proprietários aonde a rede corta, né?! Isso aí tem uma agravante que eu não sei se vocês vão ter como resolver, em virtude de que esta obra que vocês vão fazer, que vocês, possivelmente, autorizarão para que seja feito, ela era da Abengoa que, por sua vez, esteve com os colonos, fez os colonos desmanchar curral e casa, agora vem a outra obra que não vai traçar no mesmo traçado que já estava previsto para Abengoa, por uns motivos aí contratuais, porque Abengoa está na justiça não sei como é, mas ia passar aqui a rede. Então passava em cima da casa do colono, em cima do curral. Fizeram o pobre coitado assinar documento, fez ele desmanchar lá tudo que viria as indenizações. Agora vem a Ster vai construir aqui paralela. Agora, este colono que teve esse problema, por causa da outra empresa, ele tem que ser visto com um olhar carinhoso, porque o povo tá numa situação difícil. Então nós precisamos saber se esse caso, especificamente, estou me referindo ao nosso município que tem casos desses e que precisam ser pautados, buscado uma solução, porque o proprietário lá, mesmo que a rede ainda vá passar na terra dele que, possivelmente ele venha a receber alguma coisa, mas ela já não vai passar onde era o curral do cara, onde era a casa do cara, e assim sucessivamente. Então e outros casos que ia passar dentro do terreno e está passando agora fora. Então tem vários casos de nós queremos saber se vai ter uma forma de solucionar. Como eu disse, essas são as duas... meus dois questionamentos. São inúmeros, mas eu gostaria que esses dois questionamentos fosse dado uma posição que é possível ser da forma como nosso município carece que seja entendido?! E que seja comprometido e cumprido, como eu já disse no começo da minha fala que, infelizmente, as coisas que são tratadas nas audiências em que eu estive não tem sido cumpridas. Algumas sim, algumas não mas, realmente, deixa muito a desejar. Muito obrigado.

P/Flávio - Vamos lá. Em relação à contratação de mão de obra, isso quando a gente tá avaliando o estudo de impacto, sempre é colocado pelo empreendedor como uma das vantagens do empreendimento né?! Como impacto positivo a contratação de mão de obra local. Só que a gente não tem nenhum mecanismo de exigir isso, até porque são vários fatores que eles avaliam para poder fazer essa contratação né?! Depois se eles quiserem explicar um pouco mais. O que eu digo, assim, do ponto de vista do processo, são esses dois aspectos. Eles colocam como um impacto positivo né?! Ou seja ele em tese ele está colocando isso como um compromisso, mas também a gente não tem mecanismo de exigir tá?!

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Se o senhor não falar no microfone... deixa eu só dar um aviso, gente. A gente tem muita questão aqui. Só tomar cuidado, assim, porque tá no regulamento, são... quanto tempo de pergunta? Vai. Não tem... Tá, mas, assim, não passar de um minuto, dois minutos pra fazer a pergunta, senão a gente demora muito, tá?! Porque senão são vários vários questionamentos, não consegue. Mas vamos lá.

P/Interlocutor não identificado 2 - O que eu perguntei...

P/Flávio - São três minutos pra gente poder fazer a resposta. Mas vamos lá. Entendeu?! Então, assim, do ponto de vista do processo de licenciamento, isso é colocado como impacto positivo. Então a gente espera que o empregador cumpra. Tá bom? Quer comentar alguma coisa? Vamos lá.

[Vozes ao fundo]

P/Flávio - Vamos lá, gente. Vamos continuar.

P/Jell Andrade - Bom, eu penso essa questão dos empregos, ela seja recorrente. Deve ter várias perguntas que fala sobre o mesmo tema. Então vou responder com relação a, juntamente, a esse ponto do Flávio comentou, a questão da sistemática. Aqui tem representantes das três empresas que vão estar construindo a linha de transmissão, da Tabocas, quanto a SBSK, quanto a SaeTowers. Antes da gente vir para as audiências, logicamente, tem um trabalho interno de preparação e, logicamente, os compromissos foram assumidos. Então a Sterlite assume o compromisso de fazer ou de empregar, sempre que possível, a mão de obra local, baseado também no compromisso dessas empresas para conosco, primeiro ponto. Segundo ponto, isso é algo que afeta, infelizmente, afeta o Brasil como todos. Nós temos mais de 14 milhões de desempregados e a gente sabe da situação que o Brasil está passando. Então é uma oportunidade que se oferece na região. E isso, na minha... na nossa opinião, na opinião da Sterlite e também dos empreiteiros que vão construir, é também responsabilidade do poder constituído, municipal e, eventualmente, estadual ou federal. Então nós vamos... o que nós trocamos é trabalhar juntos. Trabalhar juntos no sentido de definir as nossas necessidades, mapear o que existe de mão de obra, muito provavelmente tem gente que já trabalhou nos outros, daqui mesmo, que já trabalhou nos outros projetos, que a gente pode tá resolvendo e reaproveitando no nosso empreendimento. E estabelecer um plano de qualificação de mão de obra, mesmo pras funções mais básica. Porque muitas vezes mesmo para ser um pedreiro, mesmo pra ser um, marceneiro, mesmo pra ser um apontador, mesmo pra ser um motorista, você precisa, mesmo para manusear uma motosserra, você precisa de uma certa qualificação. Isso nós temos o compromisso das três empresas: da Tabocas, da SBSK e da SaeTowers de implementar esse programa e de, junto com vocês, trabalhar nesse sentido. Como a gente vai viabilizar e fazer com que isso seja cumprido? Isso é uma proposta que nós estamos trazendo agora e não falamos nada com o Ibama, e nem discutir com nenhum de vocês, mas a gente propõe que a gente tenha um comitê formado pela empresa, pelos empreiteiros, pela municipalidade, dentro daquilo que a gente foi identificar como possível certo?! E também monitorado pelo Ibama, periodicamente, a gente vai ver, acompanhar isso junto, a implementação das ações. Ok? Vamos lá, em relação ao empreendimento da Abengoa perante o processo de licenciamento esse aqui é um empreendimento novo tá?! Realmente ele... a gente não tem como trazer os passivos que a Abengoa deixou para cá, porque cada empreendedor é um empreendedor, é um processo separado. Agora

não impede de, novo processo da Abengoa, que ele ainda existe, apesar de toda a situação que ela está passando ainda existe. Então a gente tem que sanear os problemas que Abengoa gerou tá?! Então pode cobrar isso da gente, pra gente cobrar dela esses casos entendeu?! Pode passar para gente do Ibama esse tipo de situação, que a gente ainda tem que sanear o processo da Abengoa. Tô falando como Ibama tá?! A Sterlite a gente não não mistura o processo da Abengoa com o processo da Sterlite. Tá jóia? Podemos passar?

P/Voz ao fundo - Infelizmente pode, mas não resolve o problema.

P/Flávio - Não, passa a informação para gente, oficialmente, tá?! Do Ibama, desses casos. A gente cobra deles.

[Voz ao fundo]

P/Flávio - É difícil, não vai ser fácil, não. Mas, assim, a gente não pode trazer o problema pra cá. Vamos lá, gente. Próximo, senhor Pedro Santos. Ele é produtor, vai fazer a questão de questionamento oral.

P/Pedro Santos - Boa noite, sou Pedro, me coloquei aqui como representante dos produtores porque eu trabalho juntamente com eles. E eu sinto falta, hoje, do ministério público aqui. Porque se tudo que a gente fala, que nem a fala do prefeito, a gente está escaudado. De tanto de empresa, não desconfiando da empresa, a última apresentação foi muito boa. E a gente fica alegre se concluir tudo que está lá aqui na base. Mas eu quero fazer algumas perguntas. Primeiro, o passivo que vai ficar, vai ser recuperado? O representante da empresa disse que eles não vão passar aqui dois anos, mas sim vão estar com a gente aqui 30 anos. Outro, o comprometimento com as estradas e pontes, foi colocado no início é que diz que é x tonelada que carrega, mas como nós vemos que eu trabalho na via, principalmente no Tuerê, as carretas são pesadas, estoura as pontes, estradas e fica aí o prejuízo pro município. Outra pergunta, vai ter uma equipe para fazer assistência técnica, essas famílias que vão ser impactada, principalmente com a cultura do cacau a qual a gente trabalhamos? Então essas são as perguntas. Infelizmente, a gente queria fazer uma abordagem mais clara, mas no nosso entendimento não vai colaborar, porque eu vejo que precisava do Ministério Público aqui. Essa história de dizer “me cobra depois, me liga, me manda officio” muitas vezes não funciona. Me desculpe, mas eu acho que a cobrança do MP e também a questão das estradas e pontes, se tiver o comitê gestor, eu digo que só funciona se tiver um MP tanto Municipal, Estadual como Federal, pras coisas funcionar. Porque a gente vê navio, nossa energia ir para um lado, e para o outro e a gente fica pendente. Só pra lembrar, na audiência que teve das outra empreiteiras que estiveram, que fizeram união, ficou uma dívida, uma dívida de que? No Tuerê são mais de... já vou concluir, são mais de 600 famílias que estão sem energia e o comprometimento foi em dar energia para esse povo lá e, até hoje, nunca tivemos uma resposta para aquelas famílias que estão sem energia. E já é o terceiro linhão que nós estamos passando e tem duas barragens aqui e nós estamos no meio. Muito obrigado.

P/Flávio - Vamos lá gente. Em relação a passivo eu não sei exatamente qual você tá falando. Agora, assim, a gente tem um programa ambiental de recuperação de área degradada, isso aí eu não sei se é esse tipo de passivo que você tá falando, de construtivo, desmatamento...

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Se tá indenizado pode ter cacau embaixo da linha? Não sei.

P/Michael Goulart - Pedro, vamos lá. Acho que tem duas questões aí, a primeira é sobre a indenização que, na verdade, a gente chama de compensação em função da faixa administrativa. Ok? Então no momento apropriado a pessoa tiver sua propriedade interferida, ela vai ser avaliada, e vai ser avaliado o culto efetivo dessa indenização em função do uso dela. Então é o quanto que vale indenização em função do cacau. A gente tem inclusive, a equipe de fundiária da Sterlite e das empresas da Sterlite, contratados pelo Sterlite, que estão fazendo esse trabalho fundiário, que vão explicar um pouco melhor sobre a questão de compensação. Agora, sobre passivo ambiental, obviamente é o seguinte, se a propriedade ela tem uma área extensa de plantação de cacau, não vai ser só embaixo da linha para passar o cabo, às vezes vai ter algum Acesso. Todas as áreas que sofrerem danos é obrigação, está dentro do nosso estudo ambiental, e é obrigação da empresa de recuperar. E essa recuperação, obviamente, não é simplesmente chegar lá e plantar o cacau, virar as costas e ir embora. Não é?! É necessário que essa recuperação, ela seja acompanhada até que o produtor que teve algum prejuízo, algum dano em função da obra, ele retome a sua atividade econômica. Tá?! A recuperação de área degradada, ela não termina com o plantio. Ela termina, de fato, com o restabelecimento daquela área ou condição anterior. Ok? Sobre a questão das pontes você quer falar?

P/Jell Andrade - É, outra questão que é recorrente é a questão aí das estradas e pontes. E, logicamente, nós vamos precisar usar as estradas e pontes para poder ter acesso às áreas e para poder fazer a implantação do projeto. O que a Sterlite junto com as empresas, empreiteiras se compromete, antes de mais nada, antes de começar a fazer o trabalho é fazer um levantamento da situação atual, ou como nós vamos encontrar cada uma das prováveis pontes e estradas que nós vamos utilizar. Eu acho que isso é a primeira coisa que nós temos que fazer, tem que conhecer a situação e que nós vamos encontrar. Sempre que nós vamos ter que fazer um trabalho e vamos usar uma ponte, uma estrada que ela não esteja em condições, e nós vamos precisar para poder passar as carretas e outros materiais, como vocês já sabem, nós temos o compromisso de recuperar. Então nós vamos dizer como que vai ficar para que a gente possa usar. E depois, quando a gente for embora, essa situação vai ficar igual ou melhor do que estava quando a gente terminou o ajuste para poder passar. E como a gente vai... o senhor mencionou, seu Pedro, aí a questão do Ministério Público certo?! E isso que nós estamos falando é extremamente sério, porque impacta, logicamente, a vida de várias pessoas. Então a maneira com que nós vamos fazer isso, nós vamos registrar isso em cartório e vamos fazer o levantamento, apresentar a municipalidade, certo ao prefeito, ao presidente da Câmara e aos vereadores. Vocês vão ter acesso a isso, vocês vão saber exatamente quais são as áreas que nós vamos estar pretendendo utilizar e o que que nós pretendemos fazer em cada uma delas. E isso vai estar registrado em cartório. Ok?! E, logicamente, da mesma forma como eu falei é um trabalho contínuo, né?! Nós vamos estar periodicamente revendo isso juntos. A situação das obras ao longo da implementação das mesmas, tudo monitorado pelo Ibama. Ou seja, a mesma coisa que nós propomos fazer pra questão dos empregos, nós vamos propor fazer também esse monitoramento para questão da utilização das vias terrestres e pontes, ok?!

[Voz ao fundo]

P/Jell Andrade - Oh, Leo, talvez você possa responder isso mais precisamente. O Leonardo é nosso gerente de fundiário.

P/Leonardo - Boa noite a todos. É muito subjetivo a gente falar isso “como é que eu vou indenizar cada um”, né?! A legislação a gente tem uma norma da NBR que ela especifica como é feito a avaliação de imóveis urbanos, Imóveis rurais. Então a gente tem que seguir a legislação. Você, como já foi falado aqui, já tem outros linhões que já passaram aqui né?! Da Xingu Rio, da Belo Monte. Inclusive, da Isolux que é pra outro caminho aqui. Com certeza eles utilizaram as mesmas normas, que é como a gente vai fazer também. A gente já tem uma empresa contratada, que já está fazendo os levantamentos. Já foram feitos estudos que a pauta de valores, que são os valores de mercado, de como se fosse a aquisição do valor de terra. Isso serve como base, mas a avaliação de cada lote, de cada propriedade por onde a linha vai passar, isso é individual, é feito seguindo as normas. A gente porque como a empresa, ela é auditada, é uma empresa... é uma concessão pública federal, a gente é auditado também pelo Governo Federal. Então a gente não pode chegar simplesmente definir um valor e é esse valor. Não, a gente tem que comprovar como é que a gente chegou nesse valor. Essas empresas, a empresa contratada que a Mapageo, ela tem técnicos especialistas para fazer esses laudos, e isso individualmente para cada proprietário, eles têm a obrigação de explicar como chegaram nos números. Então qualquer dúvida que vocês tiverem tem o 0800, se vocês não estiverem de acordo com os valores que eles chegaram e apresentaram, vocês podem entrar em contato. Mas, assim, não tem como a gente definir aqui para vocês como é feito coletivamente. Por que é cada caso é um caso. Não sei se está claro, mas... Ah tá! Não você está querendo saber exatamente do cacau né?! Na verdade, isso que eu tô falando é sobre a parte de servidão administrativa, que é só terra nua. Toda benfeitoria que tem sobre a terra, no caso o cacau, a gente chega pelos valores nos seguintes: qual o custo de um pé de cacau e o que ele produz? Isso é feita uma pesquisa no mercado, vocês como plantadores, vocês sabem qual a produção anual de um pé de cacau. É levantado é o custo de uma muda, quanto tempo ela custa para poder produzir, exatamente. Eu não sei, são três, quatro anos. É a produção dessa muda, o tempo de até ela chegar na produção. Isso, vamos supor, pegou 50 pés de cacau então é feito a conta para 50 pés até ela chegar na fase de produção. Isso não é só cacau, qualquer tipo de benfeitoria, planta.

[Voz ao fundo]

P/Pedro Santos - Que ele tenha a oportunidade de ter uma via do documento. Porque os modus operandis das outras lá, ele chega com a pessoa e diz “você vai receber tanto”. Pode até explicar, só que sequer uma via do documento que ele assina lá, o colono, ele recebe. Que isso seja mudado, que o colono tenha oportunidade de ter um documento que vai dizer quanto ele vai receber, ou quanto ele tá recebendo, e que sirva pra ele. Porque, infelizmente, as outras empresas passaram, leva o papel, a pessoa assina e não tem sequer uma via do documento.

P/Leonardo - Não, isso é totalmente errado. Até porque tudo que você assina, você tem que ter um documento seu.

[Voz ao fundo]

P/Pedro Santos - ...da pessoa recorrer. Isso que acontece.

P/Leonardo - Tá certo?! Não isso aí, com certeza, a empresa eles tem que deixar duas vias, uma para ele e outra a empresa vai levar para poder formar o processo. Tem mais alguma?

P/Flávio - Obrigado, Léo. Oi? Vamos lá, pessoal. Pergunta oral também. Senhor Edson do Gelado, projeto Gelado.

P/Edson - Boa noite a todos. Sou o Edson do Gelado. Já foi respondida aqui algumas perguntas que eu ia fazer pelo Aguilar, pelo amigo aqui. Mas vou fazer uma pergunta ao dono da empresa aí. Os canteiros de obra vão ser os mesmos ou vão fazer outros canteiros de obra? Vão ser aproveitados.

P/Jell Andrade - Só essa pergunta, senhor Edson?

[Voz ao fundo]

P/Jell Andrdæ - Infelizmente ainda não sou dono da empresa. Sou só um trabalhador, quem sabe um dia eu chego lá. Mas com relação aos canteiros, até por uma questão já abordada junto ao IBAMA, e depois do meu colega Udo, que é o nosso gerente ambiental, se quiser complementar, nós temos por obrigação, sempre que possível, usar os mesmos canteiros. Mesmo porque para evitar que novos impactos sejam trazidos. Então a nossa ideia, até para trabalhar junto com as empresas que nós escolhemos, que é a SBSK, Tabocas, principalmente, elas já estão trabalhando aqui na região, você já conhece a Tabocas, você já conhece, provavelmente, a SBSK também. Então nós vamos estar sempre que possível usando os mesmos canteiros ok?!

P/Flávio - Vamos lá, gente. Fazer uma pergunta escrita agora do senhor João da Costa Nunes. Ele é comissão do Gelado. Se não tiver correto, senhor quiser me corrigir aqui, eu não sei se é exatamente isso. Eu não sei se é uma pergunta ou uma reclamação. Ele pergunta sobre escoamento de nossas riquezas. É isso? Cadê?

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Ah, o senhor quer fazer oral. Então passa para ele, deixa ele fazer oral. Senhor João da Costa Nunes.

P/João da Costa Nunes - Boa noite a todos. Primeiro eu vou voltar aqui na questão da indenização das áreas de servidão. É um preço irrisório, nunca apresentaram uma tabela, gerou as outras empresas uma demanda judicial que parece-me que sem fim. Porque pagou três mil reais para um, 120 mil para outro e pra outros foi só papo e conversa. Isso, com relação às indenizações em são irrisórios, feito pelas outras empresas. Com relação ao impacto, a Taboca deixou um impacto enorme da nossa região. Acabou com a nossa estrada, nossas estradas, nossas pontes, está levantando acampamento e é só conversa. Várias... nós fomos lá algumas vezes para cobrar do engenheiro que recuperasse a entrada da Vila do distrito de Vitória da Conquista que acabou, uma ponte está até hoje lá nessa situação. A ponte do Rio Preto, a ponte do piranha, tudo acabou. Tá sendo recuperado na marcha lenta pela prefeitura. Quando a gente chega lá que que eles dizem? "Nós não temos nada com isto". Nós paga nossos impostos para prefeitura, portanto é responsabilidade da prefeitura. A gente vai na prefeitura, prefeitura diz que não tem condições, não tem máquina e o buraco ficou. Com relação à nossa riqueza, nós temos o exemplo de Tucuruí, a pior energia, da pior qualidade e do preço mais alto, como bem disse aqui o prefeito de Itupiranga, José Milesi. Correto. O preço mais alto do Brasil se paga energia aqui de Tucuruí. E o rio Gelado se paga energia sem ter. Passa três dias sem energia, todo comerciante tem um grupo gerador, para gerar energia, para o perder seus produtos. Agora vem Belo Monte, levando a riqueza também do Pará para o sul do Brasil e aqui aqui ficando um buraco, e nós só vendo. "Não pode rebaixar". É

preciso fazer o que quiserem Tailândia para poder ter energia de qualidade? O povo faz. As vilas, as propriedades estão cobertas pela rede de transmissão, mas a energia é da pior qualidade. Pior qualidade. Falta energia, doutor, até 12 vezes por dia naquela região. Você quer ver? Vai lá e confira quantas pessoas já queimaram freezer, geladeira, etc, vai na CELPA. Energia de 617 você paga 12, 15, 20. Próximo mês é 800, é dois mil, é 300. Eu tenho esses talões lá pra provar pra todos, tudo lá tem, lá no rio Gelado. Tô falando do Rio Gelado e daquela região toda. A situação é esta e é preciso que parem de enrolar os colonos, os prefeitos dos municípios, levar só na barriga e na conversa. Boa noite e obrigado a vocês.

P/Flávio - Vamos lá, gente. Eu só vou fazer um comentário, porque eu acho, assim que foi mais uma reclamação geral, né?! Em relação a energia, infelizmente, aqui não é o espaço pra gente discutir essa energia de distribuição, né?! A transmissão e distribuição são dois aspectos diferentes, são empresas diferentes. Mas, é claro, a reclamação é válida, sobre o preço da energia, eu moro no Tocantins também, lá não é barato, né?! Eu nunca paguei uma conta menos do que 700 reais. Agora, sobre a segurança da energia, sobre a falta da energia, aí é com a distribuidora, né?! É quem leva a energia, pega na subestação, rebaixa e leva até a sua casa, né?! Até a cidade. Não é o caso aqui. Sobre as estradas, eu acho que o Jell já falou sobre o compromisso deles. Então pra gente não se alongar mais, eu acho que fica registrado as reclamações dele, mas de fato os assuntos que têm a ver com o nosso empreendimento, já foi respondido antes, tá?! Vamos lá. O senhor Genival Pereira Matos, ele é da câmara de vereadores? Vai falar ou posso ler aqui? Então vamos lá.

P/Genival Pereira Matos - Então boa noite. Em relação a essa questão das negociações das áreas levanta muitas dúvidas, já foi levantado aqui. E aí a gente fica ouvindo o produtor e são muitas reclamações em relação às questões de valores, já foi abordado. E também fica aquele contato direto, a empresa e o produtor. Os produtores muitos deles não sabe nem ler. O cara chega lá com tabela, fazendo o cálculo, enrola o cara. Não sabe. O produto final é que o produtor não tem uma segurança. Então minha pergunta era se os órgãos ou entidades representantes, sindicatos, associações dos produtores se eles têm alguma via de acesso à assessoria jurídica desses produtores no processo de negociações, porque no caso deveria ter né?! Queria também, além de perguntar, sugerir porque também pelo que vejo não tem. Onde que os sindicatos estão na hora de assessorar juridicamente seus produtores quando eles muito, grande maioria, são analfabetos, semi-analfabeto, não tem esse conhecimento técnico de valor, de como calcular valores. E aí a empresa vai lá, calcula, paga do jeito que quer. E até fica difícil da gente... é uma reclamação constante que a gente tem. Só isso.

P/Flávio - Só pra ficar claro, o senhor queria uma participação maior do sindicato na negociação? É isso? Com assessoria jurídica? Mas aí é com vocês, é uma organização de vocês com sindicato. Ou vocês podem procurar, por exemplo, a Defensoria Pública. Ou um próprio, quem tem condição, procurar um advogado para fazer essa negociação com a empresa. Tá? O Ibama não entra na parte de negociação, parte valores. Não é a nossa função, nem conhecimento técnico a gente tem para isso. Mas, assim, uma negociação entre as partes da empresa com proprietário pode ser feito direto, pode ser feito via um advogado ou, se tiver quem... se a pessoa não tiver condição e o sindicato puder fazer, não tem problema. Entendeu? Agora o Ibama não participa. Tá jóia? Quer comentar alguma coisa?

P/Michael Goulart - Senhor Genival, é só para comentar e lembrar que dentre os mecanismos que a gente tem de comunicação, seja por qualquer reclamação por ponte, estrada ou seja por idealização, a gente tem um programa de comunicação social que o objetivo é, justamente, dar clareza a tudo que tá acontecendo tá?! Então como eu falei na apresentação, aqui atrás do foder tem o número do 0800. E mesmo questões como essa, que são de indenização, a questão fundiária não é necessariamente ambiental, mas se qualquer produtor, qualquer proprietário que se sentir de alguma forma lesada ou injustiçado, pode fazer uma reclamação. A gente tem... a gente conversa diretamente com o empreendedor e tem o diálogo aberto né?! Eu acho que a comunicação, ela já, não sei como ocorreu nos outros projetos, mas a nossa comunicação, ela começou não foi a partir de hoje não é?! Na verdade, ela já começou desde o início do ano e vai estabelecer ao longo da obra e para fase de operação. Ok?

P/Flávio - Vamos lá gente. A senhora Lucileide Braga Santana. Tá aqui como escrito. Vai ser escrito? Posso ler? Vamos lá. Ela é do assentamento Tuerê Um, Vila Novo Planalto, novo repartimento. Tuerê. Primeira pergunta: quais os benefícios que a empresa pode trazer e deixar para nossa região? Já que vai passar com essas linhas de transmissão porque não se providenciar energia de qualidade para nossa região? E que projeto social podem trazer para os nossos assentamentos? Vou passar para empresa essa.

P/Jell Andrade - Então dona Lucilene. Lucileide, desculpa. Onde? Então, primeiro com relação aos benefícios né?! Eu acho que todo mundo sabe, o primeiro grande benefício que traz um empreendimento é, justamente, a esperança de progresso para região. E isso se vai se materializar através do que a gente já tinha falado antes, da questão da oportunidade de emprego para as pessoas daqui. É um grande ponto. Segundo ponto é a questão das empresas que estão trazendo, e que vão construir, que elas possam também utilizar os recursos locais, em termos das mercadorias locais, e também de serviço. Desde o cabeleireiro que vai ter mais oportunidade de cortar cabelo aí do pessoal, fazer a barba e tudo mais, até passando pela loja de material de construção, a loja de ferragens, o posto de gasolina que vai ter que fornecer o combustível para frota. Enfim, tudo isso gera... movimentação a economia e traz recursos para o município. Além disso tem a questão de recolhimento de impostos. Então tem um imposto que chama ISSQN, é o imposto sobre serviços, que nós pagamos em cada um dos municípios nos quais nós iremos executar o serviço. E esse dinheiro vai diretamente para as mãos do Poder Público local, que tem também por obrigação dar a transparência a toda população, como esse dinheiro vai voltar como benefício pra própria comunidade. Esses são, basicamente, alguns dos benefícios. Além disso, eu penso, eu estou... Bom, isso tem muito a ver com o que eu acredito, mas a Sterlite acredita também no impacto ambiental, que é o segundo o valor que a empresa tem. Nós vamos trazer como a gente falou aqui, é a questão da qualificação de mão de obra, um programa de qualificação. Uma pessoa que tem uma qualificação profissional agora e antes não tinha nada, ela passa a ter muito mais oportunidade de exercer a profissão dela em outras áreas, e outros projetos. Então nosso projeto vai ter uma duração, um período mas, depois dele, a pessoa que vier a ficar qualificada para poder exercer uma determinada profissão, ela vai poder trabalhar em outros locais e outros projetos. Esse é um outro benefício que a gente traz também, diretamente. Basicamente, são esses. Não sei se os meus colegas querem complementar com alguma coisa mais. Depois eu falo sobre a qualidade da energia.

P/Michael Goulart - Complementando aqui, inclusive, pegando a terceira parte da pergunta, que são os projetos sociais. Como o Jell falou no começo da apresentação dele, a Sterlite é uma empresa de valores. E não é uma empresa que vai passar por aqui. Após a implantação, a empresa deve ficar por, pelo menos, 30 anos dentro da concessão de energia. É a intenção né?! Isso já foi confirmado lá com os empreiteiros né?! “Buscar contratação do maior número de pessoas no mercado local”. Agora, obviamente, quando a gente fala às vezes de comunidades rurais, nem todas as comunidades a gente vai encontrar pessoas que têm perfil e vontade de trabalhar em obra, em construção civil. É por isso que a gente tem como um dos programas dentro do processo de licenciamento ambiental, que é o programa de ações de aquisição de insumos. O que que seriam esses insumos? Qualquer tipo de material, mão de obra ou prestação de serviço que poderia fornecer para o empreendimento. Então quando a gente fala, por exemplo, de comunidades rurais, de alguns projetos de assentamento, a gente sabe que existem produções locais de produtos hortifrutigranjeiros?! Então uma das ações que é possível de ser desenvolvido, e quando eu falo “é possível” porque todas as medidas nós propusemos aqui, elas são conceituais. E dessa etapa agora de viabilidade para até sair a licença de instalação, é onde a gente vai amadurecer as ideias não é?! Então eu acho extremamente pertinente, é viável desenvolver projetos sociais. Por exemplo, voltar a agricultura familiar, que essa agricultura possa vir fornecer algo para empreendimento. Ou se não for para fornecer, mas enfim, melhorar a relação aí e a vida dessas pessoas. Outros projetos sociais relacionados à infraestrutura ou não é viável da empresa apoiar diretamente, mas como o Jell também mencionou, a arrecadação de impostos, ela propicia isso. E a empresa, ela pode dar apoio no sentido de articular com as prefeituras, com o poder público municipal. E apresentar para eles as demandas dessas comunidades, né?! Porque isso vai ficar ao longo de toda a obra. A gente tem programa de comunicação social, a gente tem campanha de visitas a essas comunidades. E também a contribuição na parte de educação, dentro do programa de educação ambiental, uma etapa importante também, já que nós estamos trazendo empreendimento para a região. A gente tem impactos positivos e negativos, a gente pode também contribuir pra educação com curso de formadores de educação ambiental. Então a gente não tem como interagir diretamente nos projetos sociais que são de responsabilidade do poder público, mas é possível dar apoio, sim, às iniciativas. E, claro que qualquer manifestação vindo da comunidade vai ser ouvida, avaliada, discutindo com a empresa e com o Ibama.

P/Flávio - Vamos lá. Senhor Paulo Divani Silva Souza. Ele é da Secretaria Municipal de Saúde aqui de novo repartimento. Tá aí?

P/Paulo Silva - Isso. Boa noite.

P/Flávio - Vai fazer oral?

P/Paulo Silva - Boa noite. Eu gostaria de saber se existe uma política e, se existe essa política, como a empresa vai ajudar a prefeitura, a secretaria de saúde no combate às doenças endêmicas na região? Aqui no nosso município é muito comum o mínimo impacto ambiental gerar uma desordem, um desequilíbrio na fauna e na flora em torno disso. Aumentando os índices de malária e de leishmaniose tegumentar. Eu gostaria de saber se existe uma política de auxílio. E, se existe, como vai poder nos ajudar. Outra pergunta, onde é instalado os canteiros, migram bastante pessoas para essa região. Com isso, ocorre uma superlotação do Serviço Público local, que vai muito acima da demanda. Se existe alguma forma ou algum planejamento de apoio à essa

demanda pela empresa. E a terceira pergunta que eu coloquei é mais uma colocação que reforça o que o vereador Aguilar falou. A empresa, a Sterlite, talvez, tenha uma política diferente das outras, mas acaba sofrendo pelo que a gente já passou aqui, hoje estamos calejados. Nas empresas anteriores, eles trouxeram mão de obra de fora, dizendo que não havia mão de obra especializada aqui. Trouxeram apoiadores de saúde, técnicos de enfermagem, enfermeiro, trouxeram gente com registro de outro estado, que não conheciam uma malária, que criança de dez, 11 anos aqui conhece. Então essa conversa da mão de obra especializada não fica assim bem claro. A gente gostaria de reforçar o que foi apurado por várias pessoas aqui, de dar preferência para mão de obra daqui, porque nós temos sim mão de obra qualificada em vários setores. Obrigado.

P/Flávio - Vamos lá. Em relação a essa parte de saúde especificamente, tem dois pontos de vista aqui. Sobre malária tem um programa específico que o ministério da saúde exige, depois se quiser falar um pouco mais. E sobre esse apoio, sobre o impacto da obra em si, da chegada de trabalhadores na saúde tem um programa ambiental específico também, que é o apoio aos serviços públicos, tá?! Depois o pessoal detalhe mais.

P/Michael Goulart - Bom, é Paulo, né?! Paulo, sobre a questão das doenças endêmicas. Bom, a gente tá na região Amazônica, isso é uma preocupação e é uma obrigação legal não é?! Nós já estamos desenvolvendo um estudo que, como mencionei na apresentação, chama avaliação do potencial malarígeno. Então a primeira etapa desse estudo, ele já foi conduzido no passado, por outra empresa de consultoria, nós estamos fazendo uma atualização desse estudo. Com esse estudo a gente vai dizer para o Ministério da Saúde quais são aqueles municípios que têm o potencial de, quando a gente tirar vegetação ou chegar pessoa de fora, teria um aumento nos casos de malária. Apresentado esse estudo, o ministério da saúde emite o que a gente chama de laudo de avaliação potencial malarígeno, dizendo que esses municípios, eles devem ser incluídos em um plano de ação de controle da malária. Como é que funciona esse plano de ação? São reuniões feitas com os representantes municipais onde se faz as pactuações. Então os municípios, eles indicam, isso já vai ter sido feito, já vai ter sido diagnosticado nesse estudo primeiro. Quais são as demandas? Então como que um empreendedor pode ajudar? Ele pode ajudar, às vezes, fornecendo material de laboratório para se fazer alguns exames para rede municipal. Ou ele pode ajudar, às vezes, com equipamentos borrifadores para combate ativo à malária. E o empreendedor ele tem ainda obrigação, nessas situações, de fazer o controle admissional muito forte. Então todos os trabalhadores, sem exceção, eles têm que ser testados para doenças endêmicas, em especial a malária, através daquele exame de gota espessa, que certamente já devem ter ouvido falar. Então esse tema, ele é tratado paralelamente ao licenciamento ambiental, mas todas as informações são encaminhadas para o Ibama, para ciência. E o Ibama também de certa forma tá acompanhando. Mas qualquer dúvida ou informação entre em contato, a gente fornece, os dados são públicos. Sobre a questão dos imigrantes...

P/Jell Andadre - Uso do serviço público.

P/Michael Goulart - Sobre o uso do serviço público local. A primeira medida é mais óbvia, né?! É contratar o máximo possível de mão-de-obra localmente não é?! Então essa primeira intenção, isso já foi discutido previamente nas audiências públicas com os empreiteiros, eles têm esse compromisso firmado com a Sterlite né?! E agora o Jell já reafirmou esse compromisso aqui. Tá?! Mas é uma situação que a gente tem que entender o seguinte, essas... se a gente já está trabalhando numa linha que é o controle das doenças endêmicas, quais

outros tipos de situação que poderiam sobrecarregar o sistema público de saúde? Questão de doenças de origem... de comportamento social. Então vai existir um código de conduta, um rígido controle dos trabalhadores, de orientação, campanhas com relação a DST e outras doenças imunopreveníveis. E além disso, os casos de saúde e segurança do trabalho, eventuais acidentes decorrentes da obra, a gente tem uma primeira situação que todos os canteiros de obras, sem exceção, terão que ter ambulatórios, para o atendimento imediato, para não sobrecarregar a rede pública. O que for situação que vai além disso daí, obviamente, ele vai ter que ser encaminhado para o município de porte que tem a capacidade de receber. Então o que se espera dentro do cenário de segurança de trabalho, é óbvio, vai ser sempre zero acidente. Então existem padrões rígidos de controle de saúde e segurança do trabalho, que é da Sterlite e vai ser estabelecido para todos os empreiteiros. Então a expectativa é que, de fato, não se tenha uma pressão, apesar da gente saber que não só alguns trabalhadores terão de vir de fora, mas outras pessoas também podem ser atraídas pro empreendimento. Sobre a última questão sua, que é contratação de mão-de-obra especializada, e é uma sugestão inclusive que foi da consultoria, nessa mesma reunião, antes da mobilização, isso a gente está dizendo na proximidade da emissão da licença de instalação não é?! A gente precisa iniciar exatamente esse mapeamento. Como é que a gente inicia esse mapeamento? É fazendo contato, convênio, com o Sine, com as prefeituras. Entender qual que é a mão de obra especializada que está desocupada e que pode ser aproveitada. Contratação é um processo longo, é um processo seletivo né?! Então, assim, primeiro vai ser feito esse levantamento das vagas disponíveis, essas vagas vão ser ofertadas por meio de convênios. E, como o Jell já falou, uma comissão específica junto com os representantes municipais da comunidade. Então acesso à informação vocês vão ter. E da possibilidade de ter o máximo de contratações locais, tá?! Aí o que não for contratado, obviamente, vai estar dentro de um processo seletivo, a gente também não tem como ter essa garantia. Ok?!

P/Flávio - Próximo é o Geraldo Tavares de Oliveira, representante do Cruzeiro do Sul fazer pergunta oral.

P/Geraldo Tavares - Deixa eu te falar, é vai na área de infraestrutura e saúde. Qual seria a possibilidade da Sterlite, ou a terceirizada, fazer uma parceria com a Prefeitura de Itupiranga?

P/Michael Goulart - Senhor Geraldo, bom, convênio com prefeitura, na área de infraestrutura e saúde nós temos que pensar o seguinte, empreendimento ele tem determinadas ações que podem gerar impactos ambientais ou socioeconômicos. Esses impactos, eles têm que ser controlados ou mitigados. O empreendedor, ele não pode ir além do que está relacionada aos impactos, mas eu também não vejo impossibilidade se abre=ir um diálogo com as prefeituras, entender quais são as demandas e, eventualmente, a Sterlite dar um suporte não é?! Mas é uma situação assim, sempre que a gente fala de medida de mitigação de impactos, ela tem que estar relacionada a alguma situação que seja provocada pelo empreendimento. O empreendedor, ele não pode assumir o papel do poder público, mas eu acho que o diálogo, ele é viável.

P/Geraldo Tavares - No caso, por exemplo, a recuperação de estrada, [03:13:19]_____.

P/Flávio - Fala no...

P/Flávio - No caso de diesel, poeiras, por exemplo. Porque a Tabocas está sendo feito assim. E na área de saúde... é porque o impacto ano passado foi muito grande, só a Prefeitura não dá conta. Então precisava de

ajudar a contratação do médico, do enfermeiro, alguns medicamentos. Sobre relação é isso aí que eu quero dizer.

P//Michael Goulart - É, contratação de médico enfermeiro diretamente pelo empreendedor eu acho pouco viável. Mas como o senhor falou aí de poeira, de estrada, etc. Eu acho que todas as medidas que o empreendedor puder fazer, executar, que minimizem a situação de encaminhamento para a saúde de quem mora próximo ao empreendimento, não só pode como deve fazer. É obrigação dele, tá?! Então controle de poeira também nos acessos, esse tipo de situação isso tem que ser realizado.

P/Flávio - Vamos lá. Senhora Valdeane da Rocha tá por aí? Valdeane.

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Ah, tá. Então eu vou passar Paula Antônio... Paula da antena. Paulo ou Paula? Paulo. Paulo da antena, Cruzeiro do Sul Itupiranga.

P/Paulo - Boa noite a todos. Eu fazer uma... direcionar minha pergunta ao representante da Sterlite, certo?! Aqui ele explicou sobre as subestações. A subestação de Xingu Serra Pelada, C1 e C2, Serra Pelada Itacaiúnas C1 e Serra Pelada Miracema C1 e C2, certo?! Essas subestações, pelo que entendi, ela é de rebaixamento né?! Ela vai para várias cidades, certo?! Ela vai sair daqui de Serra Pelada para Anapu, para catalogar Repartimento, para Curionópolis, Eldorado, Xinguará, Sapucaia, Rio Maria. Essas cidades, elas já tem as subestações para receber esse reforço, pelo que eu entendi. Porque subestação, pelo que eu entendo, né?! Apesar que eu sou meio leigo, eu acho que é para isso, certo?! No meu entendimento. Pelo que eu entendi. Ou então não explicaram direito tá?! Aí onde eu já vou chegar em relação ao meu companheiro aqui, lá do Rio Gelado. Por quê? A nossa energia, ela vem a mais de 200 quilômetros. Que é de Parauapebas ou Marabá. E aqui nós, que moramos no interior, da zona rural, nós não tem um mínimo, que é um reforço para nossa energia. Então eu queria saber da Sterlite de quem possamos buscar ou cobrar esse melhoramento, para nossa energia aqui. Já que as outras cidades vai ter essa energia rebaixada dessas subestações, né?! Que vai sair lá de Serra Pelada... O Itacaiuna vai ser só um reforço, não vai ser uma outra construção de outra subestação. Vai ser um reforço só, vai ser um melhoramento, né, na Itacaiuna. Então eu precisava saber se a Sterlite tinha como nos ajudar em relação nós fazemos uma subestação mínima, pequena, para nos ajudar aqui na nossa energia. E de quem nós possamos cobrar. Meu muito obrigado.

P/Jell Andrdade - Alô. Paulo. Primeiro com relação a subestações. Tem vários tipos de subestações, e subestações com várias funções diferentes. Às vezes, você tem na mesma subestação várias funções diferentes. A subestação que nós vamos colocar, que é uma subestação nova, que é em Serra Pelada, ela não faz rebaixamento. Ela vai ser colocada lá por uma limitação técnica para controle da qualidade da energia que vai ser transmitida, mas ela não tem transformadores. Quem faz o rebaixamento ou elevação da tensão é o transformador, e nós não temos nenhum transformador a ser instalado na subestação de Serra Pelada. Então a linha de transmissão que sai... que vai sair do Xingu, circuito C1 e C2 vai até Miracema, passando por Serra Pelada, ela tem uma tensão só, que é 500 mil volts. Tá ok? Da mesma forma, tem uma linha de transmissão que

vai sair de Serra Pelada e vai até Itacaiúnas. Que também eu de 500 mil volts. Então nós não temos rebaixamentos no nosso projeto. Nas subestações que nós estamos nas extremidades, aí sim tem rebaixamento. E a empresa, agora falando um pouco da qualidade da energia local, quem cuida e quem é responsável por entregar uma energia de qualidade é a distribuidora. De acordo com a organização do sistema elétrico brasileiro. A Sterlite, ela atua como transmissora. Então nós não temos nenhuma atuação, que nós não temos nenhum poder de fazer isso de atuar dentro da linha... aqui eu não sei qual que é a empresa, nem me interessa mencionar. Mas nós não... nós não podemos nos substituir a empresa existente entendeu?! Até até por lei somos proibidos fazer isso.

P/Paulo - E como é que essa energia vai chegar nessa localidade aqui de Xinguara, Rio Maria, Pau Darco, Floresta?

P/Jell Andrade - Não, mas o senhor não entendeu. A linha de transmissão vai passar por lá.

P/Paulo - Sim.

P/ Jell Andrade - Não vai ter... não tem como conectar a nossa linha de transmissão com o município local, não é assim que funciona.

P/Paulo - Mas como que ela vai chegar lá? Que sentido? Ela vai só passar por cima?

P/Jell Andrade - Ela vai passar pelo cabo condutor. É assim que é o projeto...

P/Flávio - Só um minutinho aqui.

P/Paulo - Mas, sim. Mas não foi explicado ali.

P/Flávio - Só pra ficar claro, assim, são duas coisas separadas. Transmissão é você pegar a energia em alta tensão, aí você manda de um lugar pro outro. Vamos falar assim, é uma viagem longa que a energia faz. Só um minutinho, deixa eu tentar explicar pra ficar claro, tá?! Isso aí é feito pra reforçar o sistema interligado nacional. O que que é o sistema interligado nacional? Igual essa linha que eles estão construindo, tem outras maiores de 800Kv, tem as de 200 e poucos Kv que faz a energia circular pelo país todo. Se está chovendo aqui no norte, tem seca no sul, manda energia daqui pra lá. Se aqui tá mais seco e lá tá chovendo, manda de lá pra cá. Isso é o sistema interligado. Agora, isso não é energia que vai diretamente pra sua casa, isso reforça a energia disponível nas subestações que fazem rebaixamento. Aí a distribuidora, no caso aqui a Celpa, vai ter mais energia disponível pra poder fazer esse reforço. Entendeu?! Mas a Sterlite não faz esse trabalho. Então a gente está falando de duas situações totalmente diferentes, entendeu?! Uma coisa é transmissão, que a gente tá tratando hoje, outra coisa é distribuição, que é pegar a energia na subestação, rebaixar, colocar lá na tensão adequada e vai pro município, pras casas. Entendeu?!

P/Paulo - Então quer dizer que essa energia...

P/Flávio - Aqui não tá tratando desse tipo de energia.

P/Paulo - Tá, tudo bem. Mas quer dizer que essa energia vai sair dessas subestações pras outras subestações pra reforçar essa energia?

P/Flávio - Sim. Você vai ter a função, né, dessa quantidade enorme de linha de transmissão que tá sendo construída no país hoje, né, é reforçar o sistema interligado. Então, assim, o país como um todo vai ter um sistema mais robusto.

P/Paulo - Porque cada cidade dessa tem uma subestação.

P/Flávio - Não, tudo bem, mas aí... Cada cidade tem sua subestação que distribui. Né?!

P/Paulo - Agora eu quero saber...

P/Flávio - Agora, a distribuição não é a Sterlite que faz.

P/Paulo - A minha pergunta, eu quero saber como é que nós aqui possamos trazer uma subestação pequena dessas pra nós.

P/Flávio - Isso. Aí... vamos lá. Aí tem que fazer a gestão junto à distribuidora. Talvez até junto, pegar os representantes políticos aqui, ir no ministério de Minas e Energia, a Anel e cobrar esse tipo de coisa, tá entendendo?! Porque não é a Sterlite que vai resolver esse problema específico. Entendeu?

P/Paulo - Sim, mas ela... ela, como distribuidora, né?!

P/Flávio - Ela não é distribuidora, ela é transmissora.

P/Paulo - Sim, mas tá montando subestações pra jogar fora, pra jogar pra distribuidora. Então nós precisamos da energia de qualidade. Entendeu?!

P/Flávio - Não é... tem que ser com a distribuidora. Vamos lá, gente. Eu vou juntar três perguntas em uma só, porque é sobre o mesmo tema, tá?! Rosimar Bonjardim, Rosilene Bonjardim de Souza e José Pereira de Araújo. Os três perguntando sobre a comunidade de Belo Monte. O impacto sobre a comunidade de Belo Monte. Vamos lá, gente.

[Falamos juntos]

P/JellAndrade - Eu posso falar a respeito.

P/Flávio - Qual município que é? Anapu. Vamos lá.

P/ Jell Andrade - Bom, pelo levantamento que nós fizemos até ajuda aqui do nosso gerente fundiário, entre a nossa linha de transmissão e a comunidade Belo Monte vai já existe uma outra linha, que a linha Xingu Rio. E nós estamos passando na realidade da ordem de oito quilômetros da comunidade, em si, de Belo Monte. Então a interferência do nosso projeto na comunidade, a não ser algum proprietário que tenha terras fora da região, onde nós vamos estar cruzando, mas com a comunidade em si, praticamente não tem interferência nenhuma. Ok?

P/Flávio - Respondido gente? Alguma dúvida? Vamos lá. Obrigado. Vamos lá. Senhora Ana Paula Moraes, ela é vereadora, vai fazer uma pergunta oral.

P/Ana Paula Moraes - Boa noite a todos. Em relação a nossa infraestrutura, como já foi questionado, gostaria de saber se a empresa tem como fazer um tac com o município, em relação as nossas pontes e as nossas estradas. Em toda a região que do qual esse preenchimento vai passar, que liga o projeto de assentamento Tuerê e o projeto de assentamento Rio Gelado. Dentro desses assentamentos, quatro Vilas serão passado o empreendimento, que é no Gelado e duas vilas no Tuerê. Mediante isso, eu gostaria de saber pela empresa Sterlite, e as demais que são terceirizadas, qual projeto social, independente do que a les que paga para o nosso município, porque isso é de uma obrigação, porque a empresa tá fazendo esse serviço dentro do município. Qual o projeto social que vocês poderão deixar aos nossos jovens, do qual está ali vendo esse empreendimento passar e que, pela simples indenização, vai ficar as suas propriedades? E uma outra pergunta. Quanto os nossos produtores do Projeto Rio Gelado, tanto do projeto Tuerê estão insatisfeito pelo pagamento que do qual a empresa está fazendo a eles. Então nós gostaríamos de saber se há uma possibilidade da empresa enviar uma pessoa na nossa região para que, juntos, nós possamos rever esses valores. Porque aqui nós temos alguns moradores, não estamos todos, porque até pedi pro pessoal da empresa se eles teriam já está traçado em mãos, para que nós possamos ir na casa de cada produtor. Mas como não tinha terminado ainda o serviço, a gente não teve esse levantamento feito. Porque eles estão insatisfeitos com o valor que está sendo pago às suas indenizações.

P/Flávio - Vamos lá. Quem fala?

P/ Jell Andrade - Ok. Com relação, Ana Paula, com relação... Boa noite. Com relação à questão da infraestrutura, e como eu já expliquei na pergunta anterior, a gente já disse o que a gente vai fazer. A gente vai fazer um levantamento do que das áreas ou das vias né, e das pontes, estradas, que nós vamos utilizar, nós vamos fazer vamos retratar essa situação como ela está hoje, nós vamos dizer o que que nós vamos fazer com essas vias que estão em condições impróprias para uso, o que que nós vamos... Qual é a condição que nós vamos deixá-las. E, a partir daí, quando a gente foi embora, a gente vai ter que deixar na mesma situação. Isso vai ser registrado em cartório e vai contar justamente com a fiscalização de vocês do município. Junto com você, junto com Aguilar. E eu acredito que ainda fica dentro desse até 202,0 não sei quanto que é a próxima eleição, mas talvez a gente consiga, com vocês, terminar ainda o projeto com a fiscalização do município. Isso o que a gente propõe a fazer, de uma forma bem transparente, bem clara. E, logicamente concentrar os nossos esforços onde a gente vai efetivamente estar utilizando, e onde a gente pode contribuir com alguma coisa a mais. Em termos de projeto social bom, além do que está dentro do eia-rima, existe todo esse processo de qualificação de mão de obra. Logicamente, os jovens já em idade de trabalho, eles vão estar participando também desse processo. E a nossa ideia é, através da qualificação, deixar com que eles venham a ter no futuro né, a partir daí, uma qualificação profissional adicional. Isso é um trabalho que nós vamos fazer também junto com a comunidade, junto com vocês, e com a fiscalização da municipalidade, ao longo de toda a extensão do projeto. E com relação à questão da compensação dos proprietários e produtores, como o Leonardo já falou, existem regras que são seguidas, existe um mapeamento, um levantamento de todos os valores de mercado. A nossa intenção, nosso propósito é fazer uma compensação justa. Então se existe alguma dúvida, o nosso

peçoal já está em campo em discussão. Então temos aqui representantes da empresa Mapageo, que é a nossa contratada para questão fundiária. E o nosso pessoal vai poder estar junto com você e com as pessoas da comunidade para poder rever essa situação. Só lembro que nós não temos nenhum pagamento sendo feito no momento, ok?!

P/Michael Goulart - Só para complementar, essa etapa agora nós estamos ainda discutindo a viabilidade ambiental do empreendimento. Então não são feitos nenhum pagamento.

[Voz ao fundo]

P/Ana Paula Moraes - ...mas o valor a receber, muitos produtores já estão sabendo. Então é o valor a receber. Eles ainda não receberam, mas o produtor já... alguns produtores já assinaram o valor que irá receber. E outros questionaram, não assinaram, porque eles não estão concordando com o valor que a empresa está oferecendo.

[fala ao fundo]

P/Michael Goulart - Como foi falado pelo Leonardo, as negociações, elas são individuais e como eu falei também um pouco mais cedo, se vocês têm insatisfação, vocês não estão entendendo como é feito ou querem discutir melhor esse valor, tem o canal de comunicação, faz a ligação, a gente registra todas as reclamações e conversa direto com o empreendedor. E aí, individualmente, esses casos podem ser analisados tá?!

P/Flávio - Vamos lá, gente. Próxima pergunta Rosimar Moreira dos Santos, Belo Monte Anapu, pergunta oral.

P/Rosimar Moreira dos Santos - Boa noite a todos. Uma pergunta e um questionamento. A pergunta, sobre os agricultores. Teve um... meu vizinho agricultor que assinou um contrato com empresa para colocar uns postes. Só que, na verdade, não sei por qual motivo hoje estão levantando umas torres. Então queria saber qual é a diferença de porte e torre. Então eles não comunicaram nada com o agricultor. E o questionamento...

P/Flávio - Só um minutinho. Foi com a Sterlite ou é outra empresa?

P/Rosimar Moreira dos Santos - Não, outra empresa que agora eu vou chegar lá. Porque eu ouvi alguém da empresa comentando que vai seguir a mesma norma das outras empresas que estão com outro... que já fizeram e então fazemos os empreendimentos aí. Então é o que eu tava pensando, se a empresa seguir as mesmas normas, vai estar errado como as outras. Por quê? Lá no nosso travessão, que é o travessão... lá no Flamengo Norte, justamente lá, as empresas entraram para trabalhar só que, na verdade, as vicinais não são preparadas pro fluxo de carro das empresas, entendeu?! Então quebra ponte, tampa todas as casas dos agricultores de poeira e ninguém faz nada. E aí disseram que quando estivesse terminando iam simhora. Vamos colocar, eles iam embora mas ia fazer. E daí? Tá terminando, vai embora, vai fazer o quê? Vai deixar só bagunça e aí o que é que fizemos? Tivemos que parar eles 30 dias agora, já terminando a obra, para eles começarem a trabalhar no travessão lá, colocar material e ajeitar as pontes. Então se vocês, das empresas, seguir as mesmas normas, vai fazer errado. E, oh, obrigado. Uma boa noite a todos.

P/Flávio - Bem, vamos lá. Eu não entendi direito essa história de torre e poste. Assim, essa empresa aqui, ela vai fazer torre. Transmissão é feita com torre. E em relação aos passivos, problema de estrada, já foi falado aqui né, várias vezes. Ela tem que arrumar, o que estragar tem que arrumar. E a gente conta com vocês, representante de associação, poder público, se tiver problema pode denunciar para a gente tá?! Pro Ibama, que a gente cobra deles. Não pode esquecer, gente, eu passei lá na apresentação a última licença dele, a licença de operação é quando termina a obra. Sem ela, eles não podem transmitir energia, eles não podem operar. Então se tiver esse tipo de passivo tem que passar para a gente, que enquanto não resolver a gente não autoriza a última licença. Entendeu?!

P/Michael Goulart - Só complemento uma fala do Senhor. É o seguinte, só pra diferenciar uma coisa foi a mesma norma técnica para fazer avaliação do valor da terra. Outra coisa é o padrão de comportamento da empresa com a comunidade. Nós estamos dizendo o seguinte, a Sterlite tem a forma dela de agir na região e já falou que vai ser com muito valor e respeito à comunidade, com diálogo aberto por meio dos canais de comunicação, que tá trás aqui do folder, tem o número aqui 0800. Em breve nós vamos ter também equipes de comunicação social em campo. Então que vocês vão poder conversar pessoalmente, registrar a reclamação. Então uma coisa é a forma de relacionamento da empresa com a comunidade, que vai ser diferente, vai ser a Sterlite, não vai ser as outras empresas que passaram. Agora, a norma de avaliação do valor da compensação pela terra, não somos nós que definimos, não é Mapageo que define. É o padrão técnico que é definido, né?! Então essa norma, ela é igual para qualquer empresa que vem de hoje até a norma ser mudada.

P/Flávio - Próxima. Vamos lá.

P/Jell Andrade - Peraí só um minutinho. Oh, Rosimar, também tem o seguinte. A Sterlite, a Novo Estado, não tem intenção de deixar para o final da implantação da obra a recuperação dos acessos. Qualquer acesso que vem a ser impactado, independente de onde seja, e que atrapalha a vida cotidiana das pessoas, a gente vai ter uma supervisão ambiental em campo, vai ter uma equipe rodando, acompanhando o trabalho das empreiteiras. E esse acesso tem que ser recuperado imediatamente. Então o ônibus escolar tem que chegar, o proprietário tem que tirar sua produção para vender na cidade. Ninguém vai esperar até o final para recuperar acesso não. Impactou, atrapalhou na vida das pessoas, esse acesso tem que ser recuperado na hora e a gente vai cobrar isso.

P/Flávio - Vamos lá. Edvaldo Martins do Nascimento, ele fala que passou dentro de... a linha passou dentro de 40 alqueires de terras. Qual o valor do... não entendi a última palavra aqui. Da indenização. Não sei.

P/Michael Goulart - Edvaldo, né?! Bom, como o Leonardo falou, esse valor é calculado pra cada caso a caso, pra cada propriedade, né?! Então, assim, não temos como falar aqui agora exatamente esse valor, mas o Leonardo vai estar aqui...

[Fala ao fundo]

P/Flávio - Microfone, fala no microfone.

[Fala ao fundo]

P/Edvaldo Martins do Nascimento - ...e vai pegar bem no meio. Não, é só isso mesmo que eu ia falar.

P/Flávio - Vamos lá. Vamos pra próxima que tá mais como...

P/ Michael Goulart - Edvaldo, depois você procura o Leonardo, ele pode esclarecer melhor como é feito. Tá bom? Obrigado.

P/Flávio - Gente, vamos lá. A gente ainda tem três perguntas aqui que é... vou pedir pra quem não tiver com interesse mais, não fazer barulho. Vamos lá, o Prefeito de Itupiranga José Milesi.

P/José Milesi - O representante da Sterlite, ele falou que tem interesse em formar um comitê, formar uma instituiçãozinha para poder defender, tanto eles como nós. Então a minha proposta eu quero fazer para vocês que são plenária aqui. Presta atenção aqui. A proposta minha é a seguinte. Eu me lembro, nessas décadas minhas aqui com Eletronorte. Nós tínhamos uma comissão para negociar com a empresa os direitos de cada um, entendeu?! De cada município, de cada cidadão. Então, baseado na proposta dele, que ele falou até em registrar em cartório, eu acho que nós teremos que criar aqui o comitê que ele mesmo falou. Formado pelo Ibama, pela empresa, pelo município, pela câmara, Ministério Público, sindicato que representa a classe dos trabalhadores, especialmente da Agricultura Familiar. Formar essa comissão, esse comitê, registrar em cartório esse comitê, entenderam?! E aí nós vamos levantar as demandas, mês a mês, período a período, na hora que a gente sentir a necessidade para negociar, para negociar com a empresa, com o Ibama, com a empresa. E tirar as conclusões do que nós estamos precisando né?! Porque se nós ficarmos a proposta minha é isso aí. Formar esse comitê, um comitê representando os municípios que são atingidos, ou por município ou por dois, três municípios juntos, mais próximos para a gente poder acompanhar toda essa demanda. Porque vai ter muita demanda, vai ter muita reclamação. E se nós ficarmos no individual eles vão ficar loucos e nós também vamos ficar meio pirado, entendeu?! Porque vai ser tanta coisa... então se nós formarmos um comitê, né?! Representado por eles e por nós, pelo Ministério Público, pelo Ibama, pela câmara, pelo prefeito não seria melhor? Eu tô colocando aqui a votação para vocês, se vocês concordam eu não concordam, como é que vocês querem fazer isso aí. Porque eu acho que seria uma defesa das reivindicações nossas. Nós teremos uma representação perante a obra. A obra é grande né?! É um linhão, dois linhões, outras coisas vão vir ainda para frente, e nós teremos que ter uma defesa. Quem vai nos defender? Quando? Como vamos lutar por nós, entendeu?! Eu tô falando aqui porque o município também precisa do apoio deles, entendeu?! Porque na saúde, na educação, na estrada, na ponte nós vamos ter problemas. Então eu acho que a proposta que eu estou lançando aqui para vocês, se vocês concordarem, essa é a minha proposta para a população e para vocês também, entendeu?!

P/Flávio - Parabéns senhor pela proposta. É um modelo que a gente faz algumas vezes com os usina hidroelétrica. Não sei, tô falando pelo Ibama, não sei se a gente tem perna para fazer com a linha, porque é muito extenso. A hidrelétrica geralmente têm uma comissão nesse formato que o senhor falou. Mas a proposta está feita, está registrada. Vamos estudar o caso. Tá? Se vocês quiserem comentar.

P/Jell Andrade - Só para reforçar o que eu tinha falado né?! A ideia era justamente para, em relação a reivindicação de que aquilo que foi prometido não foi executado, a gente tem implementado esse segmento, esse acompanhamento, junto com a comunidade. Pra que a comunidade também possa fiscalizar. Então ela

nesse sentido com relação aos empregos e com relação também às obras de infraestrutura referente a estradas e pontes. Mas, enfim, como o representante do Ibama disse, o Flávio, a proposta está registrada.

P/Flávio - Vamos lá. Gente... se estiver errado me corrija, é Nuvaldo Pereira Santos? Nuvaldo... acho que é isso. Tá presente, não? De Vitória da Conquista, Gelado. Já foi. Vamos lá, a pergunta dele era oral. Vamos lá, gente, a última... Agilson de Souza, ele fala sobre os problemas com a Abengoa. Então não vou fazer aqui na... se ele quiser me passar alguns dados depois, depois da reunião a gente conversa em separado. Mas a reclamação é sobre a Abengoa. Não sei, Agilson tá aí?

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Tá, então depois a gente conversa separado, porque é específico sobre a Abengoa, eu não vou abordar então aqui, agora, na audiência. Vamos lá, gente. Tem alguma questão ainda em aberto?

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Qual que é seu nome? Oi? Josi? não é... não são das perguntas sobre Belo Monte, não? Oi, é sobre Belo Monte? Não? Qual que é seu nome?

P/Josines - Josines.

P/Flávio - Você entregou a ficha pra quem?

P/Josines - Sim, a moça...

P/Flávio - Vamos ver, pode ser que eu passei aqui. Vamos olhar, calma aí. João... Genival não é, né?! Paulo, Geraldo... Valdelaine, Paulo da Antena, Josimar Bonjardim, Rosilene, José Pereira Araújo, não né?! Ana Paula Moraes, Lucineide, Rosimar Moreira, não, né?! Edvaldo Martins, prefeito Zé Meirelles, o Valdo, Agilson que é da Abengoa.

P/Fabio Albuquerque - Você vai permitir que ele faça a pergunta? Que aí a gente...

P/Flávio - Sim.

P/ Fabio Albuquerque - Ele faz o registro no microfone. Nome e pede a identidade.

P/Flávio - Bem, passa o microfone pra ele, então, porque não tá aqui comigo, não.

[Vozes ao fundo]

P/Josines - Bom, gente, boa noite. Meu nome é Josines. Eu tenho uma propriedade rural, na área do PA Tuerê. E a minha pergunta, pessoal, é porque é o seguinte, a minha propriedade, ela tem algumas culturas. Eu, por exemplo, trabalho com a cultura do cacau. Na minha propriedade tem áreas de pastagem, áreas de juquira e mata. E a preocupação minha, que é mais ou menos a de todos quase que estão aqui dentro, porque é o seguinte em relação aos danos econômicos que o linhão vai ocasionar nessas propriedades. Por mais que o rapaz aqui da empresa Mapageo já falou que cada propriedade é uma propriedade, mas na verdade não.

Porque isso aqui é uma audiência pública e os fatos tem que ser esclarecidos pra sociedade. Então, assim, por exemplo, ele vai ter que saber que até gostaria que ele explicasse, a questão é a seguinte, um hectare de área de pastagem, vai custar quantos reais nessa indenização? Todas, quase todas as propriedades tem área de pastagem. Então tem como o indivíduo ter uma noção de quanto vai ficar isso. Por exemplo, o indivíduo tem uma área lá com a cultura do cacau. A Cetac vai fornecer esses dados para vocês, com certeza. Mas aí tem as áreas de cerca, né?! Áreas de cerca, por exemplo o metro quadrado de construção de curral. Por exempli, meu pai trabalhou anos e anos para construir um curral, né?! Tá ali com toda aquela luta e o linhão, infelizmente, vai desmanchar o curral dele. Ou seja, vai ser demolido. E aí ele vem para cá tirar as dúvidas e parece que ele vai sair e não vai ter esse esclarecimento, infelizmente. Então gostaria, assim, que o rapaz da empresa que vai solicitar, que vai fazer essas indenizações, ele se explique, explique para a população quanto vai ficar essas indenizações, em relação às atividades. Por exemplo, o indivíduo que tem um hectare de capim, olha meu amigo então vai tantos metros quadrados. Eu falo isso, pessoal, porque eu sou engenheiro agrônomo, trabalho na prefeitura, eu faço licenciamento ambiental aqui com os produtores. Então, assim eu acho que de certa forma está tendo, desculpe o termo, um pouco de manobra, desculpa o termo. Por quê? Porque assim se o indivíduo se sentir lesado, infelizmente ele vai ter que ligar no 0800. Sendo que a empresa vai ter uma área lá onde vai ficar todos os funcionários. Assim, pelo amor de Deus gente já tem uma área que a empresa tem lá que vai ficar funcionários por que o produtor não pode ir lá “hey, indivíduo, a minha indenização ficou dez mil reais. Só isso. Derrubou minha casa e meu curral. É só isso mesmo?”. Não, ele vai ter que ligar para o 0800?! Então, assim, eu acho que... ou eu entendi errado ou que ele possa se explicar. Obrigado.

P/Jell Andrade - Josines, então. Nós temos uma empresa que está trabalhando conosco, que é a Mapageo. Esta empresa, ela tem a obrigação de ir até vocês e sentar com vocês e esclarecer todos os pontos. Inclusive, bom, eu acho que já podemos tomar nota do seu nome e agendar essa conversa. Não é que o 0800 é só o único canal, não é isso. O que o Michael explicou é que o 0800, se vocês não estiverem de acordo, tem alguma reclamação pra fazer, é um canal a mais que vocês têm de comunicação. Lógico que a comunicação, dentro de tudo que nós pudermos fazer, vai ser amigável. A gente quer chegar num acordo com vocês. Evidentemente, se isso tá afetando o curral que seu pai construiu, isso tem que ser compensado de forma justa. E a empresa que está trabalhando pra isso aqui é a Mapageo. Você quer completar alguma coisa, Leonardo?

P/Leonardo - Não, é só pra explicar por que eu falo que cada caso é um caso. No exemplo que você deu aí. Por exemplo, um hectare de pasto. É diferente por quê? Por que que seu vizinho, que tem um hectare também, pode ter um valor diferente? Depende de várias coisas. Por exemplo, uma das coisas que a gente avalia, quantidade de torres implantadas no terreno. Se o seu vizinho tem uma torre e você não tem, o valor da compensação dele é um pouco maior, porque ele tem um incômodo maior na propriedade dele. Um outro exemplo, a linha, a posição que a linha de transmissão passa dentro da propriedade. Numa propriedade ele passa na porta da fazenda, na porta da propriedade. É diferente quando ela passa nos fundos. O peso disso, o incômodo é diferente. Vamos supor que ele tem um alqueire de terra. Tá passando em um hectare de um alqueire. O vizinho, ele tem 40 alqueires e está passando um hectare. A proporção é muito maior, o incômodo num alqueire. Então, por isso que eu expliquei, tava tentando falar, que é individual porque cada caso é um caso. É impossível a gente chegar aqui e falar “oh, um hectare de pasto é X”. Não, mas aí fica injusto pra um hectare de uma pessoa que está sendo muito mais afetada do que um outro grande, do produtor que tem 500

alqueires, pega um hectare só de pasto dele, ele vai receber a mesma coisa de uma propriedade que tem um alqueire e tá passando em um hectare. É por isso que tem essa diferença.

[Voz ao fundo]

P/Josines - Porque assim, ainda não ficou claro a situação. Porque, assim o indivíduo tem a sua casa demolida, entendeu?! A casa é construída. Porque, assim, eu sei que tem parâmetros técnicos, conheço isso. Então, assim, se a casa é construída, ela tem um valor maior em relação ao metro quadrado. Sim, em relação a casa de madeira. Mas quanto a população quer saber. Por quê? Porque o rapaz que tá andando nas casas, para população assinar, ele não sabe. O serviço dele é apenas aquele, levar para assinar. Ele falou que leva, se não tiver enganado parece que pra Parauapebas, lá onde tem a equipe. Não é assim? Então, assim, eu gostaria que o senhor esclarecesse para a população como é que vai ser feito isso, porque até agora, infelizmente tem falado e tem falado, mas ainda não ficou claro isso.

P/Flávio - Oh, gente. Só um minutinho. Eu tô achando que você tá com uma dúvida muito específica. Porque, assim... não, mas é específica, porque você quer saber valor de casa, valor... então, assim, a ideia da audiência pública, gente, é a gente mostrar o processo de licenciamento e isso tudo. Agora, esse caso a caso não dá. O que eu acho que foi muito importante em relação a esse tema aqui hoje, a empresa fez o compromisso de deixar o laudo com vocês. Não é isso? Tô errado? Então em cima do lado você pode tirar sua dúvida, você pode levar para advogado, você pode levar pro seu vizinho. E aí tirar dúvida com eles. Porque, assim, a gente não tem condição de numa audiência pública de vim falar de caso a caso assim entendeu?!

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Não, não é o caso, gente. São 22 municípios entendeu?! Então, assim, não dá! Eu acho que o importante aqui hoje foi esse compromisso de ter o laudo. Porque em cima do laudo você sabe o que você tá recebendo, e aí você pode concordar ou não. Você não é obrigado a concordar né?! Você pode concordar ou não. Tá jóia?

[Voz ao fundo]

P/Flávio - Sim, mas aí é abrindo uma discussão na justiça. Você vai poder se manifestar na justiça entendeu?! Agora, antes de chegar nisso, você pode questionar eles, você pode perguntar. Não conseguiu direto com eles, você tem o 0800. Não conseguiu, tem o Ibama entendeu?! Então, assim, agora ele não vai falar de valor aqui agora que não dá.

[Vozes ao fundo]

P/Flávio - Gente, só um minutinho, vamos fazer silêncio? A audiência não acabou ainda. Tá?!

[Voz ao fundo]

P/Josines - ...procurar o Ibama. O Ibama pode, por exemplo, barrar uma dessas licenças para que a empresa possa...

P/Flávio - Sem dúvidas. Desde que não seja problema de valor, porque o Ibama não trabalha com problema de valor. Geralmente, indenização valor é discutido na justiça. O Ibama não entra no mérito de valor, entendeu?! Agora problema de ordem ambiental, geral, qualquer coisa pode passar para gente, que a gente vai cobrar da empresa. Agora, vamos supor que você recebeu... você não recebeu o laudo, aí você pode falar pra gente que a gente vai cobrar deles. Agora, você recebeu o laudo e não concordou com valor, o Ibama não entra em negociação entre as partes entendeu?! Aí o caminho é a Justiça.

P/Josines - Desculpa, a última pergunta. Para esses valores...

P/Flávio - Só um minutinho, deixa te passar o microfone.

P/Josines - Em relação... esses valores, o dinheiro dessas indenizações, ele vem da União, só para entender, aí vai para a empresa, ela que vai gerir e passar para o produtor? Como é feito isso? Porque, assim, se o Ibama não pode intervir, infelizmente o produtor está sujeito. Infelizmente, ele vai estar sujeito a diversas situações, porque, normalmente, todos eles são baixa renda. Eles não vão procurar um advogado para entrar na justiça contra empresa lá que vai passar o linhão. Infelizmente é Davi lutando contra Golias. Na Bíblia funcionou, mas na prática aqui, infelizmente...

P/Flávio - Mas tem a Defensoria Pública.

P/Josines - Aqui não tem Defensoria Pública.

P/Flávio - Não?

P/Hipólito José Neto - Bom, boa noite. Meu nome é Hipólito José Neto, sou professor. Eu... a colocação que eu queria fazer. Primeiro, assim, a questão da audiência pública. A audiência pública, na verdade, essa aqui, ela tá vindo só para ser legitimada, referendar uma coisa tá decidido. É, porque o que eu tô vendo aqui, eu quero ver quem é que diz que vai sair com alguma clareza daqui, duvido que alguém saiu com clareza daqui dessa reunião. Sinceramente, não. Sinceramente, não. Mas, assim, diante de tudo isso que nós estamos vendo aqui, telefone pra ser contatado, nós vamos pagar um preço justo, mas não sabe qual é o tamanho dessa justiça, qual é essa justeza. Porque, assim, nós vamos pagar o preço, mas que justeza é essa que não tem um padrão pra isso? Não tem um parâmetro pra essa justiça? Né?! Essa questão tá ficando obscura. Tá ficando obscura. E essa audiência pública, na verdade, ela... a população aqui não vai poder intervir em nada. Apenas está sendo passado o que foi, competentemente colocada, brilhantemente colocada, relatada, foi narrado por tudo que foi passado aqui, mas aqui apenas a legitimação, o referendo pra uma audiência que, na verdade, ela já vem para ser referendada, pra ser legitimada. Não tem discussão aqui. Tanto é que aqui vai saindo... eu duvido que alguém aqui saia com alguma clareza do que aconteceu aqui. Ninguém teve clareza, ninguém teve clareza disso aqui. Agora, só uma coisa, isso foi só pra colocar... mas só uma pergunta que eu vou fazer. Porque assim, vocês vão ter que... existe um processo de licitação no Ibama, a autorização do Ibama, não é isso? Mas mudou o governo. O governo que aí está, o que vai assumir em janeiro, ele tem uma... ele já diz que vai ter uma dinâmica altamente diferente pras questões de licenciamento ambientais. E se isso ocorrer, o Ibama tem um plano B? A empresa tem um plano B pra isso? Porque, assim, existe uma legislação ambiental, sim. Mas o

governo que está entrando, ele tem um desejo enorme de mudar a dinâmicas das autorizações do Ibama. Isso aí já deixou claro, inclusive ontem ele estava dizendo isso, né?! Tem um plano B?

P/Flávio - Bem, vamos lá. Fica registrada a insatisfação do senhor com o resultado da audiência pública. Eu acho que é muita informação, eu acho que é uma crítica ao formato da audiência pública. Que algumas coisas, algumas vezes, eu até concordo. Assim, é muita informação no período de tempo curto. Mas é aquilo que eu falei, ele é um rito oficial, a legislação determina que a gente tenha esse espaço aqui. Mas não é o único. Aquilo que eu falei, não é o único. A gente faz três apresentações condensadas em uma hora e pouco. Essa discussão com muita gente. Então o formato que a gente tem da audiência pública hoje previsto em lei é esse, mas não é o único momento que a gente tem. Aquilo que eu falei, o processo enquanto o empreendimento existir e a concessão para essa empresa que... 30 anos? São 30 anos, o processo tá lá, né?! Então o diálogo sempre vai estar aberto tá?! Sobre a mudança de governo, não tem nada pra comentar sobre isso, assim. Eu trabalho no Ibama há 13 anos mais ou menos, 12 anos mais ou menos, eu faço o meu trabalho, de lá para cá nunca mudou. E o processo continua. Agora, se mudar alguma coisa, provavelmente, vai ser pra proibir empreendimentos novos. Mas a gente não pensa nisso. Eu faço o meu trabalho, eu sou concursado. E vamos lá. Tá jóia? O senhor aqui gostaria de falar também?

P/Adanilton Alves - Oi. Boa noite a todos. Eu sou o Adanilton Alves da Silva, sou o presidente da Associação de Moradores de Belo Monte do Pontal. Quando foi falado que essa LT vai ser traçada a oito quilômetros da comunidade Belo Monte eu fico com um pouco de dúvida. Porque, pelo que eu sei, um eletrodo fica a distância mais ou menos de 30 quilômetros da nossa comunidade. E a próxima subestação, a Xingu, menos de dois mil metros né?! Aí eu não entendi. E aqui também, tipo assim, um protesto a respeito das pessoas que fazem convite na comunidade, que quando ela forem lançar o convite, que ela faça com bem clareza né?! Porque a gente se deslocou lá da comunidade Belo Monte aqui com pensamento de que nós íamos discutir compensações sobre a nossa comunidade, porque nós fomos informados que a LT traçaria a nossa comunidade, ou próxima, assim como as outras são instaladas né?! E eu não entendi muito bem esse raio de oito quilômetros longe da comunidade de Belo Monte, e eu gostaria de saber se vai ser interligado diretamente nas turbinas ou se vai para a subestação Xingu né?! Que eu não entendi muito bem. E agradecer aqui meus colega aqui que vieram do Belo Monte comigo. Pedir desculpa a eles. Que eu passei a informação pra eles, que fui informado que seria uma LT cortando nossa comunidade, como foi feito algumas perguntas né?! E meu muito obrigado por me dar essa oportunidade. Ok?!

P/Flávio - Vamos lá, gente. Até onde eu sei, essa linha, ela não tem eletrodo, tá?!

P/Leonardo - Só explicar pra ele aqui, oh, Flávio. Não, porque essa Vila Isabel essa de oito quilômetros que a gente estava falando é para o outro sentido, é sentido depois da Serra da Fumaça. Isso. Essa da Belo Monte, a subestação, a linha, ela sai sentido Vila Isabel. Ela não vai para o outro lado sentido Belo Monte. Então ela já sai no sentido para cá. Vindo nesse sentido né?! Sentido Pacajá...

P/Adanilton Alves - Sim, é isso aí. Por que que eu queria saber? Porque falou fica a raio de oito quilômetros. Não.

P/Leonardo - Não, é porque eu confundi com a outra Belo Monte.

P/Adanilton Alves - Ah, tá, porque essa subestação que tem na subestação Xingu ela fica menos de dois mil metros longe da nossa comunidade.

P/Leonardo - Tá certo. É porque é outra comunidade com o mesmo nome, por isso a gente confundiu.

P/Adanilton Alves - No caso, ela não vai atravessar o Rio Xingu. No caso ela não atravessa o rio Xingu não é!?

P/Leonardo - Não, não, não. Ela vem sentido Vila Isabel para cá.

P/Michael Goulart - Só complementando aqui. Houve, realmente essa confusão como o Leonardo falou. Nós consideramos dentro da que a gente chama de área de influência direta, ou seja, as comunidades que estão sujeitas a algum tipo de impacto são todas as 40 comunidade que nós colocamos ali, tá?! Porque esses impactos, sejam os positivos, sejam os negativos pode ser desde às vezes um acesso que é como uma comunidade, às vezes é a própria linha de transmissão que tá passando ali, às vezes, 500, 600 e 800 metros. Então todas as comunidades elas estão consideradas como na área de influência direta. O que que isso quer dizer? Que os programas e as medidas são propostas aqui serão direcionados a todas essas comunidades que estejam relacionados com os impactos. Ok? Esse é só o primeiro ponto. Segundo ponto com relação ao convite para audiência pública, como o Flávio já falou, e esclarecendo... desculpa, perdi o nome da outra pessoa, do professor. A audiência pública é um momento de manifestação popular, mas aqui não é o momento de deliberação de nada. Ou seja, daqui não vai sair nenhuma decisão. O Ibama não sai daqui com decisão e nem chegamos aqui já com nenhuma decisão, licença prévia emitida. É o momento de manifestação. Os senhores se manifestam, o que essa reunião, ela é gravada em áudio e vídeo, ela é transcrita depois, esse material vai para o processo administrativo e os analistas do Ibama avaliam, sim, tudo que é dito, tudo que é manifestado e emitem considerações. Eles podem, inclusive, fazer exigências adicionais ao que nós colocamos no estudo como forma de diminuir os impactos. Então por isso, assim, é realmente importante que todos tenham se manifestado, seja só tô fazendo colocações ou seja fazendo perguntas, porque isso vai sim ser considerado no processo de licenciamento. E, como eu falei, tudo que a gente apresenta como medida para diminuir impacto é uma proposta conceitual. Quanto mais próximo a comunidade estiver da gente, expondo as suas opiniões. E a gente tem, como foi dito no regulamento, cinco dias úteis e o prazo formal, mas vocês podem entrar em contato, fazer sugestões, fazer reclamações. A gente... o que foi apresentado conceitual vai ser ainda detalhado né?! Então não quer dizer que são essas medidas somente. Outras coisas, outras medidas podem ser discutidas. É isso. Obrigado.

P/Interlocutor não identificado - Eu queria só fazer uma perguntinha. A questão da madeira, do local lá que é extraída. E essa madeira é do proprietário? Tá entendendo? Essa madeira, ele vai ter uma guia, alguma coisa que possibilite levar até uma serraria para aproveitá-lá?

P/Flávio - Vamos lá, ela... a madeira... a primeira muitas vezes a empresa usa nas obras né?! Dependendo do caso ela pode usar. Se ela disponibilizar, pode disponibilizar pro dono da terra tá?! Se ele for usado dentro da propriedade, dentro da propriedade, ele não precisa de dof. Agora se ele quiser fazer uma utilização comercial, vender, levar aí ele tem que tirar o dof, entendeu?! Com o documento de origem com... a partir da SV do empreendedor.

P/Michael Goulart - Só para explicar com mais detalhe que isso é muito importante. Preferencialmente, a madeira vai para o proprietário. Quando é feito o corte da vegetação, a empresa está executando conversa com proprietário “você vai usar a madeira aqui ou você vai tirar da propriedade?”. Se ele for usar ali, a madeira já é dele, ele só diz “olha, pode deixar aí mesmo. Tudo bem”. Se ele quiser levar para fora da propriedade aí a empresa de consultoria pode, se vocês quiserem, pode ser consultada para gente explicar para vocês como faz. A gente não pode fazer o processo por vocês, tá?! Mas a empresa, ela pode explicar como é que funciona... só um minuto.

[Voz ao fundo]

P/Michael Goulart - Sim, exatamente. Exatamente.

P/Flávio - A autorização da empresa desmatar é o documento de origem legal da madeira, entendeu?!

[Voz ao fundo]

P/Michael Goulart - Aí exatamente.

P/Flávio - Vocês têm que ter o DOF. Tem que correr atrás do DOF, vamos falar assim.

P/Michael Goulart - E essa madeira, obviamente, que também tem que ser assinado um termo de doação na empresa, doando essa madeira, pro proprietário se utilizar.

P/Flávio - Vamos lá, gente. Mais alguma coisa ou podemos encerrar? Só um minutinho, só um minutinho. Pega o microfone.

P/Ana Paula Moraes - Em relação a Rio Xingu, que está fazendo o segundo empreendimento no nosso município. Sobre os danos que ela deixou ao nosso município, nós podemos fazer um questionamento uma denúncia ao Ibama? pra que ele tome a providência e não pague o restante, a última licença ambiental? Porque ela deixou no nosso município.

P/Flávio - Manda para a gente, pode fazer um ofício encaminha para a gente pro Ibama, tá?!

P/Ana Paula Moraes - Beleza.

P/Flávio - Vamos lá, gente. Não tendo mais questionamentos, os documento aqui protocolados, os questionamentos apresentados, a mídia digital de gravação, a ata sucinta aqui lavrada e a ata transcrita, de acordo com o regulamento em seus artigos 5º, 12º e 13º serão incorporados no processo de licenciamento ambiental da LT 500 KV, Xingu Serra Pelada, circuitos um e dois. LT 500 KV Serra Pelada Miracema, circuitos um e dois. LT 500 KV Serra Pelada Itacaiúnas circuito um e subestação 500 KV Serra Pelada. Às 23:46 do dia 26 novembro de 2018 eu, Flávio Luiz de Souza Silveira, representante do Ibama, declaro essa audiência válida para fins do processo de licenciamento de empreendimento. Boa noite a todos e muito obrigado. Eu solicito que o prefeito Milesi e o prefeito Amizade está por aí ainda? Vocês possam ficar só pra assinar a ata com a gente, tá?!

